

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS (FACH)
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

TIEMY PATROCÍNIO GONÇALVES

**AS ICONOGRAFIAS MORALIZANTES DA IGREJA CATÓLICA E O
ENSINO MEDIEVAL: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS IMAGENS SACRAS
NA FORMAÇÃO SOCIAL E MORAL NA IDADE MÉDIA**

**CAMPO GRANDE/MS
2024**

TIEMY PATROCÍNIO GONÇALVES

**AS ICONOGRAFIAS MORALIZANTES DA IGREJA CATÓLICA E O
ENSINO MEDIEVAL: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS IMAGENS SACRAS
NA FORMAÇÃO SOCIAL E MORAL NA IDADE MÉDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de título de Licenciado em História pela
Faculdade de Ciências Humanas - FACH
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa dos
Santos Bodstein Bivar.

**CAMPO GRANDE/MS
2024**

TIEMY PATROCÍNIO GONÇALVES

**AS ICONOGRAFIAS MORALIZANTES DA IGREJA CATÓLICA E O
ENSINO MEDIEVAL: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS IMAGENS SACRAS
NA FORMAÇÃO SOCIAL E MORAL NA IDADE MÉDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de título de Licenciado em História pela
Faculdade de Ciências Humanas – FACH.

CAMPO GRANDE/MS, 31 DE OUTUBRO DE 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vanessa dos Santos Bodstein Bivar.
Orientador (a)

Prof. Dr. Carlos Batista Prado
Examinador

Prof. Dr. Cleverson Rodrigues da Silva
Examinador

“Gratidão, vó, por acreditar em mim. ”

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a influência das iconografias sacras da Igreja Católica na formação moral e social do medievo, bem como o uso pedagógico das imagens sacras como ferramentas de ensino ao longo da Idade Média. O estudo foca em como a Igreja utilizou imagens para disseminar valores morais em uma sociedade amplamente iletrada e consolidou normas de conduta que moldaram o imaginário coletivo. Mediante análise iconológica, o trabalho examina duas representações imagéticas: a escultura em bronze intitulada “Bernward Doors” datada do século X e XI, localizada na porta da Catedral de S. Miguel; e a pintura parietal “Árvore do Pecado” produzida na parede da Igreja de St. Ethelber no século XV, que demonstram os discursos teológicos e a mentalidade da época. A escolha dessas imagens permite observar como os temas da teologia dos pecados foram visualmente articulados para fortalecer a memória e a devoção dos fiéis, reforçaram um sistema pedagógico centrado na formação da memória e na orientação moral da sociedade medieval. A pesquisa segue o método de análise iconográfica de Erwin Panofsky (1991), que organiza a investigação em três níveis: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica. Essa metodologia possibilita a interpretação do conteúdo simbólico e cultural das imagens sagradas e sua função pedagógica na educação medieval, facilita o entendimento de como a Igreja Católica estruturou seu discurso para orientar comportamentos e consolidar sua autoridade espiritual e material. A análise revela que, ao representarem as transgressões morais, as iconografias sacras reforçaram valores e normas cristãs e serviam como suporte didático em uma sociedade organizada em torno da influência clerical. Essas imagens sagradas, para além da estética, consolidaram-se como ferramentas de ensino que moldaram o imaginário coletivo medieval e contribuíram para a hegemonia religiosa da época.

Palavras-chave: Iconografias Sacras; Educação Medieval; Teologia dos Pecados; Formação Moral.

ABSTRACT

This research analyzes the influence of Catholic Church sacred iconography on the moral and social formation of the Middle Ages, emphasizing the pedagogical use of sacred images as teaching tools. The study investigates how the Church utilized visual representations to disseminate moral values in a largely illiterate society, consolidating behavioral standards that shaped the collective imagination. Through an iconological analysis, the research examines two key representations: the bronze sculpture “Gates of Bern” (10th–11th centuries), located at the door of St. Michael's Cathedral, and the wall painting “Tree of Sin” (15th century) in St. Ethelber's Church. These artworks illustrate theological discourses and the prevailing mentality of the time. The selection of these images highlights how themes of sin theology were visually articulated to strengthen memory and devotion among the faithful, reinforcing a pedagogical system focused on moral orientation. The study applies Erwin Panofsky's iconographic analysis method (1991), structured on three levels: pre-iconographic description, iconographic analysis, and iconological interpretation. This methodology facilitates the interpretation of the symbolic and cultural content of sacred images and their pedagogical function in medieval education. The findings reveal that sacred iconography not only depicted moral transgressions but also reinforced Christian values and norms. It served as a didactic tool in a society deeply influenced by clerical authority. Beyond their aesthetic value, these sacred images played a crucial role in shaping the medieval collective imagination and contributed to the Church's religious and cultural hegemony.

Keywords: Sacred Iconographies; Medieval Education; Theology of Sins; Moral Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Bernward Doors (Século X – XI, Catedral de S. Miguel)	35
Figura 2 - Bernward Doors (Século X – XI, Catedral de S. Miguel) – cena da imagem 1.....	37
Figura 3 - Bernward Doors (Século X – XI, Catedral de S. Miguel) – cena da imagem 1.....	37
Figura 4 - Bernward Doors (Século X – XI, Catedral de S. Miguel) – cena da imagem 1.....	38
Figura 5 - Árvore do Pecado (Igreja de St. Ethelbert, século XV)	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ALTA E BAIXA IDADE MÉDIA E A IGREJA CATÓLICA.....	6
2. ICONOGRAFIAS MORALIZANTES E A EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA: A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA CATÓLICA NO ENSINO.....	22
3. ICONOGRAFIAS SACRAS COMO FERRAMENTAS NO ENSINO MEDIEVAL: ANÁLISE DA FUNÇÃO MORALIZANTE DAS IMAGENS SAGRADAS.....	34
3.1. Bernward Doors, século X – XI. Catedral de S. Miguel.....	35
3.2. Árvore do Pecado em Hesselst, século XV. Igreja de St. Ethelber.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5. REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Os objetivos deste trabalho concentraram-se na investigação e análise dos usos e funções das iconografias sacras no ensino fornecido durante a Idade Média, afim de compreender seu papel na disseminação da doutrina cristã e na formação da mentalidade social medieval.

Foram feitas leituras de autores que trabalharam os processos de mudanças e adaptações que alteraram não apenas a lógica estrutural social, mas também ressignificaram aspectos religiosos, educacionais, culturais e moldaram a mentalidade coletiva medieval. Aliado a esses, foram realizadas análises de duas imagens sacras produzidas entre os séculos X e XV, que exploram a teologia dos pecados e dialogam com o repertório enciclopédico base da época a fim de investigar a influência da doutrina católica na utilização de iconografias sacras na dinamicidade educacional da Idade Média.

A presença das iconografias faz parte da história humana, existem registros de desenhos e imagens produzidas por nós datadas do período tido como “pré-história”, e de acordo com Pereira (2011), a imagem além do uso estético para adornar ambientes, foram utilizadas de inúmeras formas em diferentes sociedades. As abordagens de Burke (2004) e Barros (2010), por exemplo, demonstram a relevância da utilização de fontes para além dos textos tradicionais comumente utilizados na investigação histórica, discutem as imagens na historiografia e destaca que elas podem ser tão informativas quanto os documentos escritos.

As imagens, por exemplo, deixariam de ser apenas objetos temáticos para os historiadores que já se interessavam pela História da Arte, e passaram a ser também fontes para historiadores interessados em chegar a outros tipos de questões sociais, econômicas e políticas através das fontes iconográficas. Quando rigorosamente trabalhadas, podem fornecer informações ao historiador sobre aspectos sociais, culturais, das mentalidades e das práticas que podem, ou não, estar documentados em fontes escritas. (Barros, 2010, p. 78)

Existem fatores cruciais quanto à metodologia da investigação histórica ao utilizar iconografias de diferentes épocas. De acordo com os ensinamentos de Burke (2004), quanto a necessidade de levar em consideração um conjunto de fatores por trás das imagens na investigação, são eles: as intenções de quem as encomendaram e produziram; o público a quem se destinavam; o local que o objeto artístico permaneceu; como ele se relacionou com a sociedade; e os discursos e textos da época. Diante disso, fica evidente a necessidade de tratar as fontes iconográficas com metodologia e olhar crítico, a fim de compreender seus usos e funções em determinados grupos e contextos históricos.

Ademais, podemos citar outros autores que ao longo dos anos atualizaram a discussão sobre as iconografias como um conjunto de sentidos comuns e elaborados pelos seres humanos para compreender a realidade. Jérôme Baschet (2006), por exemplo, analisa as imagens como representações simbólicas passíveis de observação e interpretação, para ele e Pereira (2004), elas interagem com o imaginário e sensibilidade do observador, assim como podem comover, ornamentar, fazer lembrar e ensinar. Pois determinadas expressões imagéticas estão ligadas à mentalidade coletiva, à cultura, à religiosidade, à memória litúrgica e, conseqüentemente, à formação do homem.

Sobre as “iconografias medievais”, Baschet (2006) aponta a importância de ter em mente que as produções imagéticas possuíam um status ao longo da Idade Média, devido ao seu alto custo de produção foram feitas e encomendadas por determinados grupos de relevância e influência social, dentre esses, a Igreja Católica obteve destaque.

Costa (2009) destaca o impacto e a relevância da Igreja como uma das principais produtoras de conhecimento e cultura, e além de ser responsável pela educação da época, sua intervenção perpassou também pela gama de iconografias medievais com narrativas teológicas produzidas nesse contexto. Paulatinamente, as imagens sacras com ‘intenções moralizantes’ (Silva, 2015) foram inseridas à lógica de disseminação dos preceitos católicos e à educação medieval, fundamentada nos dogmas cristãos sobre a salvação e a concepção dos pecados.

A teologia das transgressões morais foi amplamente debatida pelo clero ao longo dos séculos, e a doutrina obteve respaldo em diversas passagens bíblicas, tornando-se parte da construção moral cristã. De acordo com Silva (2015), o medo e o anseio pela salvação foram pilares para a propagação desses ensinamentos bíblicos morais transmitidos também por meio das imagens.

As distintas alegorias simbólicas dos pecados humanos e das punições divinas, reforçaram a memória do fiel sobre as pregações, serviram como modelos de conduta e de ferramentas para a reorientação social e pedagógica, além de fomentar o ato devocional no que tange os ensinamentos bíblicos e teológicos, fundamentais à Igreja medieval. Le Goff (2003) enfatiza como as imagens sacras contribuíram para moldar a mentalidade, o temor, e as concepções de pecado e virtude, além de influenciar a maneira como os fiéis, letrados ou iletrados, interpretavam essas alegorias cristãs a partir de uma base religiosa, cultural e pedagógica comum, ainda que o ensino recebido por cada grupo fosse distinto.

Para além da estética por trás das imagens sacras, sua ‘eficácia pedagógica’ (Le Goff, 2006) foi utilizada como ferramenta de continuidade e reforço do processo educativo clerical,

estendido aos nobres, monges e aos leigos. As representações visuais moralizantes, amplamente empregadas em igrejas e espaços sagrados, assumiram funções na transmissão de ensinamentos morais e espirituais em uma sociedade majoritariamente iletrada. Essas imagens, de acordo com Baschet (2006), atuaram como instrumentos nas igrejas, contribuíram para a manutenção da ordem social e religiosa, ao mesmo tempo que disseminaram os valores cristãos de forma acessível também aos leigos.

A pesquisa parte da afirmativa de que as imagens sacras e moralizantes desempenharam funções importantes na educação religiosa da Idade Média, para além de seu valor estético, tornaram-se elementos de influência na formação moral e espiritual dos fiéis. A problematização gira em torno de como essas imagens, ao lado dos sermões e dos textos sagrados, funcionaram como mecanismos de reforço dos valores cristãos, que moldaram o comportamento individual e o imaginário litúrgico coletivo. Questiona-se, ainda, de que forma essas representações visuais sacras, apropriadas pela Igreja Católica como recursos pedagógicos, contribuíram para uma estrutura social e religiosa coesa, na qual o ensino e os ícones visuais dialogavam com os sermões e as passagens bíblicas que permearam a mentalidade da época.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na relevância histórica e educacional das iconografias sacras na formação da memória e da moralidade coletiva medieval. De acordo com os ensinamentos de Barbosa (2009), a imagem está integrada à cultura da época e influencia na construção do imaginário coletivo, logo, o historiador não deve observá-la de modo isolado, mas sim, dentro do contexto e intenções que levaram a sua produção.

Analisar os usos e funções dessas iconografias moralizantes possibilita não apenas compreender o papel exercido pela Igreja na formação social medieval, mas também evidencia como as iconografias sacras atuaram como instrumento de comunicação, organização social, moral e espiritual, além de contribuir para o que Le Goff (2003) denominou de ‘cristianização da memória’ coletiva. Aliado a isso, ao investigar as funções didáticas dessas representações e o diálogo entre as imagens e os textos bíblicos e sermões, podemos ampliar a compreensão de como o ensino medieval foi transmitido em uma época na qual os saberes da leitura e da escrita foram acessados por poucos grupos.

Para analisar foram selecionadas duas iconografias a escultura em bronze da Porta da Catedral de S. Miguel de Hildesheim na atual Alemanha, datada do século X e XI e a pintura da ‘Árvore do Pecado’ do século XV, localizada na parede da Igreja de St. Ethelbert na

Inglaterra. Essas imagens dialogam entre si, pois representam momentos-chave da narrativa cristã sobre a doutrina dos pecados e das punições, também apontam as modificações nos dogmas e na pedagogia cristã, no que tange os ensinamentos morais sobre as transgressões humanas durante a Idade Média (Le Goff e Truong, 2010). É possível identificar alegorias sobre os pecados que serviram de base para as pregações morais transmitidas aos fiéis, e para Baschet (2006) essas imagens narram os ciclos e passagens bíblicas através de seus símbolos e significados, e contribuíram na disseminação das doutrinas da Igreja. As iconografias não apenas reforçaram o discurso religioso da época, mas também contribuíram para a formação de uma memória coletiva e espiritual, como é discutido ao longo dos três capítulos deste trabalho.

Ademais, para alcançar os objetivos da análise imagética, o presente trabalho conecta-se com teorias e a abordagem iconológica de Erwin Panofsky (1991), que permite a análise crítica de objetos iconográficos a partir de três níveis: a descrição pré-iconográfica, na qual os elementos visuais são descritos de maneira objetiva; a análise iconográfica, que investiga alegorias simbólicas e temas contidos nas imagens e estabelece conexões com os textos e as tradições da época; e a interpretação iconológica, que visa compreender o significado simbólico e cultural dos ícones, ao levar em consideração o contexto histórico, cultural e teológico em que foram criadas. Essa metodologia objetiva e crítica é base para investigar os elementos teológicos presentes nas imagens sacras definidas aqui e compreender seus usos e funções no contexto educacional medieval como veículos de ensino e formação espiritual.

O trabalho foi dividido em três capítulos que estão interconectados e visam explorar o papel das imagens sacras na transmissão de valores e ensinamentos religiosos na sociedade medieval, uma vez que foram utilizadas como ferramentas pedagógicas e de disseminação de valores morais. O primeiro capítulo aborda o contexto histórico da Alta e Baixa Idade Média, uma visão geral do cenário social, religioso e cultural, com ênfase na atuação da Igreja Católica e suas adaptações ao longo das transformações ocorridas no período em questão. Já o segundo capítulo, explora a influência da Igreja Católica na transmissão do ensino medieval em uma sociedade predominantemente iletrada, e como as iconografias sacras e moralizantes impactaram a educação na Idade Média, uma vez que foram utilizadas como ferramentas pedagógicas e moralizantes.

Para finalizar, no terceiro capítulo buscou-se analisar duas iconografias sacras que exploram o tema do primeiro pecado cometido pelos homens, segundo a teologia cristã, e dos sete pecados capitais que dialogam com o repertório presentes nas Escrituras Sagradas, e que

serviram de base para a educação medieval e para a disseminação dos sermões que permearam a mentalidade da época.

1. ALTA E BAIXA IDADE MÉDIA E A IGREJA CATÓLICA

Historiograficamente, o período denominado por “Idade Média” abarca mais de mil anos de história, marcados por expansão, poder e transformações. Para fins de análise, esse período foi delimitado temporalmente em duas partes distintas, a Alta Idade Média do século V ao XI e a Baixa Idade Média do século XI ao XV, e engloba uma série de metamorfoses que alteraram o curso da Europa, da Igreja Católica e da mentalidade dos indivíduos medievais.

É comum notarmos um entrelace entre a Idade Média ocidental e a Igreja Católica, ao pararmos para analisar o período em questão. Isso ocorre devido a influência social e cultural exercida por esta instituição religiosa, no momento histórico nomeado, erroneamente, de “Idade das Trevas”, “período de ignorância e de barbárie” por pensadores iluministas e renascentistas¹. Como caracteriza Ferrera (2018):

[...] a suposta tese obscurantista do medievo teve sua gênese com historiadores liberais, que na ânsia de fomentarem os progressos do Renascimento, ridicularizaram completamente o medievo, basicamente por ter sido um tempo majoritariamente marcado pela notável influência cristã em todos os segmentos da sociedade. (Ferrera, 2018, p.308)

Assim, acabaram por determinar que os homens medievais foram controlados, que não pensavam por si só e não elaboraram pontos relevantes para o âmbito social, cultural ou intelectual. Inferiorizaram o medievo e suas produções em detrimento das criações dos séculos posteriores, como nos explica Franco Jr. (1983).

Em contrapartida, temos uma historiografia que caminha no sentido de desmistificar vários conceitos semelhantes a esses. O objetivo não é colocar a Idade Média como o centro civilizatório da história humana, nem mesmo renegar suas contribuições, mas sim, analisar seus desdobramentos e as consequências para a história da Europa medieval. Como descreve Woods Jr. (2008), no que se refere a esses corriqueiros termos errôneos a respeito da Alta Idade Média:

Hoje em dia, é difícil encontrar um único historiador capaz de ler semelhantes comentários sem rir. Essas afirmações contradizem frontalmente muitos anos de pesquisa séria, e, no entanto, os seus autores – que não historiadores de profissão – repetem com inteira despreocupação esses velhos e gastos chavões. (Woods Jr. 2008, p. 7)

É necessário, ao olhar para a Alta Idade Média, analisar a Igreja Católica e perceber o seu papel no desenrolar do âmbito social, cultural, econômico e político do medievo. Já que uma

¹ “Entregues às ideias preconcebidas e a um menosprezo inextirpável, cuja função é, sem dúvida, permitir que as épocas ulteriores forjem a convicção de sua própria modernidade e de sua capacidade em encarnar os valores da civilização. [...] A opinião comum continua sendo associar a Idade Média às ideias de barbárie, de obscurantismo e de intolerância, de regressão econômica e de desorganização política.” (Baschet, 2006, p.23)

das principais instituições moldadas nesse período foi exatamente a organização hierárquica cristã disseminadora de ideologias, que o autor Cambi (1999) descreve como sendo:

[...] o "palco fixo" por trás do qual se moveu toda a história da Idade Média e um dos motores do seu inquieto desenvolvimento (ao lado do Império e das cidades), talvez o motor por excelência. A Europa, de fato, nasceu cristã e foi nutrida pelo espírito cristão, de modo a colocá-lo no centro de todas as suas manifestações, sobretudo no âmbito cultural. (p.145)

Conforme o clero ganhou espaço no cenário medieval, ampliou também a sua relevância social, e à medida em que mais adeptos ao cristianismo se converteram, sua influência acompanhou o crescimento. Logo, acabou por forjar discursos, dogmas e ritos cuja ideia era permear todas as instâncias da vida do ser humano.

Entretanto, como afirma o autor Silva (2019), em suas fases primordiais, a sociedade cristã não demonstrava intensa hierarquização e centralização - foi uma construção lenta. Viveram momentos iniciais de perseguição, de forte impopularidade e baixa aceitação de suas doutrinas. Na opinião de Silva:

As primeiras comunidades cristãs em nada se pareciam com as instituições hierarquizada e centralizada. A chamada Igreja primitiva era constituída por um conjunto de comunidades autônomas, com pouca ou nenhuma comunicação entre si, criadas em torno do Mediterrâneo e dirigidas de maneira colegial. (Silva, 2019, p. 84)

Foi no decorrer do século IV que esse conjunto religioso se colocou como grupo, ainda que não totalmente coeso, e foi o imperador Constantino (306 – 337), no mesmo século e banhado por interesses individuais, que “tirou a Igreja Católica da clandestinidade e a promoveu a unidade entre essas comunidades dispersas.” (Silva, 2019, p.84). Como citado, nos primeiros anos de sua existência enfrentou uma forte perseguição dos não adeptos do catolicismo denominados pagãos, heréticos, laicos etc., entretanto, Constantino, ao determinar liberdade de culto aos fiéis cristãos, propiciou um elo de ligação entre as distintas comunidades da Europa ocidental.

Essa aliança política com o imperador Constantino (306 – 337) marcou a história da conhecida Igreja Católica medieval. A contar desse episódio várias regras morais e doutrinas teológicas foram definidas, tomaram força até se difundirem como ensinamentos e leis estritas na sociedade e na mentalidade cultural, política e socioeconômica europeia, em concordância com Cambi (1999).

Ainda sobre os interesses da aliança firmada entre o imperador e os membros do clero, Melo (2021) salienta que:

Constantino pode encontrar nos cristãos, outrora perseguidos por Diocleciano, um grupo que o irá de algum modo proteger e apoiar em troca do reconhecimento e algum favorecimento político e vai utilizar essa relação simbiótica para os transformar nos seus principais aliados. [...] Constantino, procurou tirar vantagem da sua relação com

a Igreja e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e para unificar o cristianismo, organizar o culto e garantir que este fosse alinhado com os interesses do Império. (Melo, 2021, p.13)

A “aceitação” e “conversão” ao cristianismo por parte das populações do Império e, também, dos povos externos que adentraram suas extensões e se fixaram posteriormente, resultaram em transformações na sociedade romana, que anteriormente ao século IV, em conformidade com Melo (2021), já lidavam com questões internas como a desvalorização de sua moeda, inflação elevada, o aumento dos impostos de forma desigual, e doenças epidemiológicas que atingiram a população.

Atrelado a esses fatores, muito se é debatido quanto a aliança com a Igreja e o protagonismo dos germânicos, que adentraram as cidades do Império, de forma pacífica e bélica, mas que podemos afirmar, de acordo com os ditos de Silva (2019), assimilaram e modificaram o cenário do império e da Igreja Católica.

As ondas migratórias de povos rurais e nômades, abalaram a estrutura organizacional, cultural, religiosa e política da Europa medieval. O termo mais utilizado pela historiografia tradicional para citar os não pertencentes à civilização greco-romana é “bárbaro”, que do ponto de vista de Silva (2019), é uma denominação que segrega as identidades étnicas e invoca uma suposta falta de civilização nesses homens, restando apenas a barbárie. O autor conceitua que:

Os povos bárbaros não conquistaram o Império, mas se integraram ao mundo romano, tanto pela violência quanto por acordos pacíficos. É por isso que a expressão “invasões bárbaras” caiu em desuso, sendo substituída por “infiltrações bárbaras”. Igualmente, caiu por terra a ideia de que os bárbaros, por um lado, os romanos, por outro, constituíam duas entidades étnicas e sistematicamente opostas. (Silva, 2019, p.9)

Seguindo os ditos de Guerras (1995), essas relações não se limitaram a saques bárbaros, motins e mortes, a interação perpassou igualmente pelos campos do comércio e da economia, pois esses grupos realizaram práticas comerciais com os romanos. A religião foi uma das ferramentas necessárias de integração e sobrevivência desses indivíduos ao adentrarem o Império, uma vez que, se “converteram” ao catolicismo por meio do batismo, para se integrarem socialmente. Por outro lado, como comenta Woods Jr. (2008), essa “conversão” não ocorreu de forma fácil, nem mesmo rápida, pois muitos pagãos continuavam a praticar seus ritos:

Esse processo nem sempre se implantava facilmente nem era homogêneo; nos séculos seguintes, os sacerdotes católicos francos celebravam a missa para os seus, mas continuavam a oferecer também sacrifícios aos antigos deuses da natureza.... Não bastava, pois, converter nominalmente os bárbaros; a Igreja teve que continuar a guiá-los, tanto para garantir que a conversão se consolidasse como para assegurar que a fé começasse a transformar-lhes o modo de vida e as instituições. (Woods Jr., 2008)

Instituído pelo clero como uma passagem de iniciação, o batismo foi uma espécie de renascimento dentro da comunidade religiosa, da vida social, e renúncia à vida pagã que

levavam. Em conformidade com Silva (2019), sabemos que para fazer parte dessa comunidade cristã medieval o fiel deveria se converter por meio do rito de imersão.

[...] o batismo marcava a inclusão – voluntário ou não – dos indivíduos à sociedade cristã, criando relações de parentesco artificiais entre o batismo e seus padrinhos e, também, entre os batizados e a comunidade, ou seja, a própria Igreja. O *batismo* era *grosso modo*, a condição para que os indivíduos pudessem desfrutar de direitos, tais como a vida em comunidade, a participação em cerimônias públicas, o acesso às funções administrativas etc. (Silva, 2019, p. 83)

É necessário salientar, que ambos (os germânicos e os eclesiásticos) possuíram seu protagonismo na dinâmica medieval e na transformação da “Europa senhorial” (Silva, 2019), que se constituía diante dessas interações socioculturais. E a contar desse encontro, percebemos mudanças acentuadas na organização social, religiosa e política, impulsionada pelo contato cultural.

Por conseguinte, a sociedade passou pelo que Silva (2019) chama de “êxodo urbano”, ou seja, a população (em parte do eclesiástico ao camponês) se deslocou para o campo em busca de melhores condições de vida, frente à vulnerabilidade imperial. Nessa mudança de âmbito, o homem se reorganizou em grandes extensões de terra, das quais retiraram a sua sobrevivência, e que se tornaram o principal indicativo de *status quo*. No que tange à dominação senhorial e à organização latifundiária:

A terra ocupava um lugar central nas sociedades de período medieval. A maioria esmagadora da população vivia no campo e obtinha, direta ou indiretamente, os meios de sua subsistência das atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias (Silva, 2019, p.43)

Como resultado dessa simbiose, traços culturais foram incorporados e ressignificados tanto pelo lado romano, como pelo germânico, com participação ativa da Igreja Católica. Como comenta o autor Rollo (2013), essas “mudanças na dinâmica social” medieval não sucederam de forma homogênea. Existiram dinâmicas contratuais de solidariedade, reciprocidade e dependência entre as distintas camadas sociais, porém alicerçadas em relações de autoridade entre a massa camponesa, a aristocracia fundiária e a clerical, e a exploração da própria terra. Dessas transformações em diante, é possível analisar a estruturação de um sistema de produção, constituído a partir da mentalidade medieval da época, baseado na organização do “feudo”. Para Cambi (1999):

O feudo é uma unidade territorial, governada por um senhor que age dentro dele como fonte de direito, que se empenha na sua defesa militar, que impõe aos habitantes do feudo a obrigação à fidelidade e a submissão, em troca de proteção. (Cambi, 1999, p. 155)

Na ausência de um poder centralizado, a aristocracia fundiária -incluindo a Igreja - se imbuíu do papel de provedora da subsistência, esse movimento é intitulado pelo autor Franco

Jr. de “fragmentação do poder central”, na medida em que cada senhor feudal estabeleceu sua própria estrutura organizacional cotidiana, que significa para Cambi (1999), “uma unidade territorial, governada por um senhor que age dentro dele como fonte de direito, que se empenha na sua defesa militar, que impõe aos habitantes do feudo a obrigação à fidelidade e à submissão, em troca de proteção.” (p. 155).

Na sociedade feudal o clero encontrou saídas para defender seus interesses e teve um papel ativo na fixação desse sistema de contratualidade selado pela fidelidade e servidão dos vassallos e camponeses. Mantiveram assim, a hierarquização social através do sistema que Anderson (2004) chamou de “vassalagem”, na qual os detentores das grandes extensões de terra, denominados suseranos² ou “aristocracia fundiária” (Silva, 2019), das quais também fazem parte senhores feudais e a Igreja - também como senhora feudal -, concediam parte de suas terras ao vassallo, que por sua vez, prestou lealdade e subordinação em troca de proteção e o usufruto temporário do feudo. Essa relação contratual entre vassallo e senhor feudal, foi fundamental para o novo sistema, e de acordo com Franco Jr o primeiro ato:

Era a homenagem, pela qual um indivíduo (o futuro vassallo) se ajoelhava diante de outro (que se tornava senhor feudal), colocava suas mãos nas dele e se reconhecia como “seu homem”. O segundo ato, logo a seguir, era o juramento de fidelidade: depois de ser pôr em pé, o vassallo jurava sobre a Bíblia ou relíquias de santos. O terceiro ato era o da investidura, pelo qual o senhor entregava ao vassallo um objeto (ramo, punhado de terra etc.) simbolizador do feudo então concedido. (Franco Jr., 1983, p.44)

A camada eclesiástica desempenhou um importante papel, desde o deslocamento para o campo e a hierarquização social, até a exploração da mão de obra daqueles que buscavam subsistência. O contrato feudo-vassálico, entre senhor feudal e vassallos, existiu validado pela Igreja através de juramento na bíblia, como é comentado por Baschet (2006):

[...]constitui um dos fundamentos das relações sociais do mundo medieval. Validação indispensável a todo compromisso importante, a começar pela fidelidade vassálica, o juramento, geralmente prestado sobre a Bíblia ou o Evangelho (a menos que se recorram às relíquias), tira sua força do elo entre a sacralidade do Livro e o peso das palavras pronunciadas. (Baschet, 2006, p.183)

A influência religiosa perpassou por diversos momentos a vida do homem e em vários âmbitos sociais. Os eclesiásticos foram legitimados religiosamente como mediadores na comunicação com Deus, e nessa lógica, o homem medieval precisava do clero, como afirma Monteiro (1995), uma vez que:

[...] foi ela quem determinou os fiéis que estavam no “caminho certo”, o que deveria ser feito para receber recompensas celestiais e principalmente a salvação após a morte.

² “O nobre superior a outro. Na hierarquização da nobreza feudal, designava o que possuía vassallos. Um mesmo nobre podia ser suserano e vassallo, dependendo de sua posição.” (Monteiro, 195, p.86)

Para o diálogo com Deus, os fiéis necessitavam, então, da Igreja que já estava enraizada e com organização autônoma. A Igreja, parte integrante dessa sociedade, legitimava esta situação com seu discurso, constituindo-se em poderoso instrumento de conservação e reprodução do sistema. (Monteiro, 1995 p.7)

Na conjuntura rural fragmentada, teremos uma das instituições mais longevas da História como elo da sociedade feudal, presente nos campos em suas capelas (Silva, 2019). Fixaram-se e ocuparam lugares de importância no período, mas podemos afirmar, que o clero encontrou diversos empecilhos durante a Alta Idade Média para manter seus fiéis controlados e alinhados a seus preceitos ideológicos.

Denominados inimigos da instituição eclesial, os conhecidos “hereges”, como explica Pinheiro (2008), constituíram os grupos de pessoas que em um momento de suas vidas tiveram contato com a escritura sagrada e com as tradições da religião católica, porém, devido a diversas circunstâncias, saíram do seio religioso, distorceram aquilo que a doutrina católica pregou e assim disseminaram deturpações.

[...] o herege passou a ser considerado aquele que não reconhecia ou parecia não reconhecer a totalidade de uma doutrina fundada em uma tradição cristã que se constitui. A partir de então, o herege não era visto como aquele que discordava de um Concílio específico, mas da tradição. Os hereges eram acusados de adequarem sua interpretação das Escrituras à doutrina previamente estabelecida[...]. (Pinheiro, 2008, p. 137/138)

Por outro lado, consideradas resquícios ou heranças, de uma cultura pagã, as superstições foram, até certo ponto, toleradas, e coexistiram com a ideologia cristã. Era uma conduta já esperada dessa sociedade formada a partir da mescla de elementos de diversos povos, crenças e culturas distintas, que passou por uma transição social e mudanças de mentalidade lentas.

Ambas travaram um conflito e marcaram o período com bipolaridade social, em que “a erudita”, com raiz no clero e embasamento religioso, desejou impor seus axiomas cristãos, como dominantes e verdadeiros. E por sua vez, os propagadores de resistências hereges e supersticiosas interferiam na ordem clerical e em sua soberania, teve origem nos leigos, nas mais variadas camadas (Pinheiro, 2008).

E com essa tentativa de soberania e influência absoluta, combatendo o que ameaçasse a sua ordem, desde os vestígios dos velhos rituais das culturas pagãs, até as deturpações da liturgia eclesiástica, a Igreja Católica objetivou moldar, de forma lenta, um novo imaginário e uma nova mentalidade na população europeia da Alta Idade Média. Assim como o grupo católico inseria o fiel no seio da comunidade cristã, com o batismo, ela excluiu aqueles indivíduos que causaram desordem na sociedade clerical.

Um dos melhores indícios da abrangência da Igreja no período medieval é o fato de que a exclusão de seu interior equivalia, para aqueles que a sofriram, a uma exclusão da vida social. Isso ocorria através da excomunhão ou de sua forma mais extrema, utilizada contra os heréticos e contra aqueles que cometiam faltas graves: o anátema,

uma expulsão acompanhada de maldição. Como lembra Warren Peze, a Igreja, como toda sociedade ideal, se constrói por intermédio da definição de inimigos internos (os heréticos) e de inimigos externos (judeus, pagãos). (Silva, 2019, p.83)

Como citado, o protagonismo da cristandade esteve presente nos mais diversos momentos da vida do homem medieval, como no batismo, na educação medieval, no casamento e na morte. É possível analisar essa interferência e o papel na transformação da mentalidade dos indivíduos, por meio de rituais específicos que marcaram desde a iniciação dentro da religião até o marco final da vida humana na terra. E cada vez mais a Igreja precisou adentrar a coletividade social como um todo, desde os nobres e senhores laicos aos camponeses dependentes e leigos, para conservar a ordem social e religiosa.

De acordo com Cambi (1999), para realizar tais transformações na memória e mentalidade social, o grupo religioso utilizou ferramentas que os beneficiaram e ajudaram na conservação de sua influência e na difusão de seus ensinamentos. Citamos a “educação medieval”, uma importante ferramenta para manutenção de poder e construção de ideologias. Segundo o autor:

A revolução do cristianismo é também uma revolução pedagógica e educativa, que durante muito tempo irá marcar o Ocidente, constituindo uma das suas complexas, mas fundamentais, matrizes. (Cambi, 1999, p.123)

A educação, quando analisada historicamente, está intrinsecamente ligada à sociedade e à cultura de cada período (Oliveira, 2005). E através do monopólio educacional, a Igreja objetivou ditar comportamentos e depositar histórias bíblicas na memória coletiva, pois, como comenta o medievalista Le Goff (2008), a construção e o domínio da memória têm grande importância para grupos e indivíduos que possuem influência ideológica e social. E para influenciar a vida material e espiritual dos fiéis, ela prometeu, aos que seguissem seus dogmas e ensinamentos, um além morte menos árduo e direcionado ao paraíso cristão.

Em conformidade com o exposto, falamos de uma sociedade em que o homem se via cheio de prazeres carnis que deveriam ser renunciados, para evitar um pós-morte de tortura devido aos pecados mundanos, segundo as tradições cristãs. E na medida em que foi necessário conter essa sociedade e mantê-la subordinada, o clero, disseminou uma série de regras morais e condutas comportamentais destinadas ao corpo humano, mediadas através dos ensinamentos cristãos. O corpo em si e seus desejos deveriam ser contidos, e foi, durante a Alta Idade Média, marginalizado desde a disseminação dos primeiros pecados.

De um lado, o corpo é desprezado, condenado, humilhado. A salvação, na cristandade, passa por uma penitência corporal. No limiar da Idade Média, o Papa Gregório, o Grande, qualifica o corpo de "abominável vestimenta da alma". O modelo humano da sociedade da alta Idade Média, o monge, mortifica seu corpo. O uso do cilício sobre a carne é o sinal de uma piedade superior. (Le Goff e Truong, 2010, p.11)

Adaptações por parte da Igreja para manter o seu status foram necessárias, a mentalidade simbólica e a educação cristã, no que se refere a disseminação da liturgia desses pecados, por exemplo, sofreram ressignificações.

Pois, a teologia das faltas humanas foi de extrema importância no que diz respeito a influência nas ações e na vida íntima cotidiana do homem e o ensino medieval. Através do medo, o clero almejou delimitar e conduzir a conduta moral humana, e os pecados cumpriram o papel de “instrumento de reorientação social”. (Pinheiro, 2014, p.59).

Conforme explicam Le Goff e Truong (2006) sobre o primeiro pecado descrito na Bíblia:

O primeiro homem e a primeira mulher são condenados ao trabalho e à dor - trabalho manual ou trabalho de parto acompanhados de sofrimentos físicos - e devem ocultar a nudez de seus corpos. Dessas consequências corporais do pecado original a Idade Média tirou conclusões extremas. (Le Goff e Truong, 2006, p.11)

Ou seja, a desobediência de Adão e Eva estava ligada à sua busca pelo conhecimento e punição sobre seus corpos. A primeira transgressão foi vista como um desejo de desafiar e questionar a autoridade divina, uma atitude de rebeldia e ruptura com a harmonia original entre Deus e a humanidade. Os autores Le Goff e Truong apontam sobre as alternâncias no sistema teológico das transgressões que:

O pecado original, fonte da desgraça humana, que figura no Gênesis como um pecado de orgulho e um desafio do homem lançado contra Deus, torna-se na Idade Média um pecado sexual. O corpo é o grande perdedor do pecado de Adão e Eva assim revisitado. (Le Goff e Truong, 2006, p.11)

E explicam e que a religião cristã:

Institucionalizada introduz uma grande novidade no Ocidente: a transformação do pecado original em pecado sexual. Uma mudança que é uma novidade para o próprio cristianismo, já que, em seus primórdios, não aparece traço algum de uma tal equivalência [...] (Le Goff e Truong, 2010, p.49)

Foram ressignificações para permanecer no controle sobre as condutas humanas, sobre o corpo e os desejos do homem, por meio desses ensinamentos doutrinários, que foram possíveis pois:

A transformação do pecado original em pecado sexual é tornada possível por meio de um sistema medieval dominado pelo pensamento simbólico. Os textos da Bíblia, ricos e polivalentes, se prestam de bom grado a interpretações e deformações de todos os gêneros. A interpretação tradicional afirma que Adão e Eva quiseram encontrar na maçã a substância que lhes permitiria adquirir uma parte do saber divino. Já que era mais fácil convencer o bom povo de que a ingestão da maçã decorria da copulação mais que do conhecimento, a oscilação ideológica e interpretativa instalou-se sem grandes dificuldades (Le Goff e Truong, 2010, p. 51)

O ensinamento da doutrina das categorias morais da lógica cristã já havia sido trabalhado na Bíblia, no livro de *Gênesis*³. E a posteriori, o guia moral foi estruturado e disseminado nas escolas cristãs medievais, através dos sermões nas missas, nas pregações públicas, nas imagens ilustrando as transgressões e imoralidades que deveriam ser combatidas diariamente para alcançar as virtudes eclesiásticas. Foram transmitidos de forma didática e explícita, como descreve Drumond (2014), o pecado foi um dos “caminhos adotados pela Igreja para a solidificação de sua doutrina religiosa.” (p. 59), durante a Alta Idade Média.

Notamos que na medida que surgiram novas demandas e transformações sociais, a Igreja acabou por se adaptar, com o objetivo de manter sua soberania e legitimar sua influência, em todas as esferas da vida humana. Durante a Alta Idade Média, essa camada dominante moldou e monopolizou elementos básicos do cotidiano social para realizar a manutenção ideológica sobre a vida e a mentalidade social, de modo a assegurar ou aumentar o seu poderio.

A Baixa Idade Média (meados do século X ao XV), conforme abordado por Silva (2019), foi um período histórico que se destacou por uma série de transformações estruturais, especialmente na transição da Alta para a Baixa Idade Média. Tais eventos redefiniram a sociedade e a mentalidade da época, e contribuíram para o abalo e o declínio das bases de sustentação do sistema feudal previamente estabelecido.

Diante dessas nuances, a Igreja Católica se moldou às mudanças culturais e sociais vivenciadas e os movimentos cruzadistas, por exemplo, surgiram como uma resposta às tensões econômicas e sociais enfrentadas pela sociedade medieval, dentre elas o aumento demográfico que ocasionou à escassez de terras para a subsistência e continuidade feudo-vassálica. As sucessivas cruzadas, peregrinações ou guerra santa, como são comumente chamadas, iniciadas no fim do século XI, representaram outro fenômeno de extrema importância para compreender a historicidade social da Europa. Esses movimentos não foram homogêneos, e como Costa (2016) afirma: " as Cruzadas, mais do que ação, como ideal, tiveram, para o bem e para o mal, um papel relevante na formação da identidade europeia." (p.30).

Durante a Baixa Idade Média, por diversos fatores e influências, os europeus passaram a se deslocar em direção ao Oriente em busca de expansão da fé religiosa. O clero, diante dessas transformações sociais, influenciou de forma ativa nas investidas contra os infiéis, tidos como “inimigos da cristandade” (principalmente os muçulmanos). A partir desses embates e encontros com as comunidades islâmicas “[...] o Ocidente começou a construir uma imagem

³ BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada O Velho e o Novo Testamento (autores diversos). Publicada por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias Salt Lake City, Utah, EUA. 2015.

que perdura até hoje, na qual o islã é o outro, considerado um cristianismo fracassado e primitivo e, além disso, violento”. (Silva; Silva, 2009, p. 244).

Tais investidas surgiram da simbiose de interesses religiosos, comerciais e de sobrevivência diante da dinâmica que se desenvolvera pela Europa medieval, e abriram as portas para novas mudanças sociais, econômicas, mercantis e religiosas. Veja o que afirma Costa (2016):

Refletindo o espírito de época, a Igreja apelou a uma elaborada construção teórica para fundamentar o apelo, a mobilização e a condução da guerra contra o Islã na Terra Santa. Conforme a análise de Contamine, essa nova concepção fazia da guerra algo mais do que justificável, sendo positiva aos olhos de Deus, introduzindo a noção de guerra justa. A elaboração do conceito de guerra santa continuou evoluindo no século XII, vinculando-o à reconquista do Império Romano e atribuindo culpa à nação islâmica pela agressão praticada contra os cristãos. (Costa, 2016, p. 28)

Conforme aponta Silva (2019), não existiu uma única motivação comum entre os homens para o deslocamento das Cruzadas ligadas à Igreja Católica. Houve, no entanto, um forte discurso clerical que orientou a mentalidade populacional da época e contemplou diversos interesses. Para que esses homens realizassem a “peregrinação armada” (SILVA, 2019, p.96) até Jerusalém, foi necessário que o clero ofertasse algo em contrapartida. E o apelo foi direcionado à remissão dos pecados.

As razões do grande impacto da expedição conclamada por Urbano II, em 1095, estão, por um lado, nas feições que o cristianismo havia assumido então na Europa Ocidental, com uma fé marcada pelas ideias de sacrifício, de penitência e de expiação dos pecados. Por outro, no fato de que a atividade guerreira foi eficazmente associada, pela Igreja, a uma atividade desejada por Deus, desde que cumprisse alguns requisitos importantes, sendo o principal deles o combate contra os infiéis. (Silva, 2019, p. 97)

Mas era palpável também o interesse dos cruzados pelos bens materiais como a terra - signo de poder no medievo - e as riquezas do Oriente. Assim também, “muitos cruzados acompanhavam essas expedições militares não por motivações religiosas, mas por motivações materiais.” (Bauer, 2019, p. 191)

As Cruzadas também surgiram como uma forma de diminuir o contingente populacional, que promovera desordens e crises. No entanto, mesmo com as guerras santas a Europa continuou superpovoada. As conquistas advindas das peregrinações não foram o suficiente para acompanhar o crescimento populacional acelerado e suas demandas por território.

As expedições cristãs, como explica Andrade (2021), não tiveram um desfecho positivo, do ponto de vista religioso, principalmente pelo fato de não terem retomado o reino de Jerusalém dos muçulmanos, e isso, conseqüentemente, afetou o poderio eclesiástico. “As

consequências mais diretas sobre a Igreja cristã e seus líderes foram a perda crescente da credibilidade como instituição espiritual” (Andrade, 2021, p. 94).

No decorrer da dinamicidade medieval, outra adversidade abalou as estruturas da fé católica entre os homens: as inúmeras mortes pela peste bubônica. Essa doença era transmitida às pessoas por meio do contato com as pulgas dos roedores, e gerou surtos epidemiológicos que assolaram o continente por anos. Chegaram por vias marítimas e foram facilmente contraídas e transmitidas entre os indivíduos, como explica Silva (2019), porém nem todas as regiões sofreram com as doenças de forma uniforme. Segundo o autor:

A peste e suas recorrências ao longo dos séculos XIV e XV constituíram uma catástrofe demográfica sem precedentes na história europeia. Estima-se que tenha desaparecido de um terço a metade da população do continente. Some-se a isso o fato de que a peste veio acompanhada de uma série de epidemias, como sarampo, a difteria, a rubéola, a escarlatina, a gripe e a coqueluche, além da fome e da carestia. De modo geral, as cidades, pela densidade populacional e pelas precárias condições de higiene, sofreram mais do que o campo, embora várias paróquias rurais tenham sido também dizimadas. (Silva, 2019, p. 127)

A Peste Negra influenciou no contingente populacional e nas baixas produtividades agrícolas. Para essa sociedade cristã regida pelos ideários da religião, como afirma Baschet (2006), a calamidade denominada Peste Negra foi compreendida como: “[...] uma catástrofe, geralmente considerada um castigo divino[...]. (Baschet, 2006, p. 250).

No cenário de sobrevivência instável e doenças que assolaram a vida na Europa e crescimento comercial, mencionadas até agora, os indivíduos passaram a olhar mais para si próprios, a coletividade social abre espaço para o individualismo, citado por Duby (1990). A camada eclesiástica, aos poucos, era contestada, pois em muitos momentos a instituição mostrou-se insuficiente para evitar grandes catástrofes, como as inúmeras mortes e as más colheitas. A incerteza, o medo e a descrença permearam a mentalidade do homem nesse período, e a Igreja precisou se reafirmar nesse contexto, uma vez que, “essa doença se tornou um componente diferencial da vida econômica, social, religiosa e cultural da era medieval, pois matava cidadãos de todas as classes em meio a uma atmosfera de juízo divino que não poupava nem o clero. ” (Andrade, 2021, p. 100).

Foi nesse contexto de transições que o individualismo humano, como menciona Duby (1990), ganhou destaque em relação às narrativas e doutrinas religiosas, que permearam e influenciaram a vida do homem até então. Assim, “o cuidado com essa alma tornou-se cada vez mais individual. “ (Duby, 1990, p. 321). Ocorreram mudanças e interações, muito por conta da

cada vez maior ascensão burguesa⁴, que moldaram uma nova conjuntura e mentalidade social, econômica e individual, e de acordo com o autor Le Goff (2005), conseqüentemente, fomentaram contestações às lideranças eclesiásticas.

Bauer (2019) afirma que as adversidades desse cenário possibilitaram a sobrevivência fora das estruturas feudais e impulsionaram as trocas comerciais para além do contrato feudo-vassálico.

[...] os servos se libertavam da servidão dos campos e eram integrados à economia. Estes trabalhadores já não cabiam na denominação laboratores do cluniacense Aldabêrão de Laon, pois não exerciam apenas a função de abastecer os senhorios e as cidades com gêneros variados. Eles trocavam matérias-primas e sua força de trabalho por moedas; aperfeiçoavam-se e emancipavam-se, por vezes, enriqueciam. A mobilidade social era cada vez mais visível, o que dificultava o enquadramento dos sujeitos históricos em categorias estanques. (Pohlmann, 2019, p.11)

O fortalecimento do comércio, foi influenciado também pela dinâmica e pelo contato com outras culturas, anteriormente citado, proporcionado principalmente pelas Cruzadas (Bauer, 2019 p. 176), e contribuíram para que a prática fosse assim fomentada, revigorada e alcançasse novos patamares. A comercialização se movimentou por terra e pelo mar, como por exemplo nas cidades com saídas marítimas, Veneza e Gênova - polos do comércio no século XI -, que dinamizaram as trocas de mercadorias à longa distância, como explica Silva (2019).

Esses polos comerciais mantiveram relações mercantis diretas com o Oriente, segundo Huberman (1986): “as cidades comerciais italianas encaravam as Cruzadas como uma oportunidade de obter vantagens comerciais.” (p.20). As peregrinações armadas e as novas estruturas de trocas comerciais abalaram as relações contratuais do feudalismo, entre aristocracia fundiária, religiosa e o campesinato, fortaleceu a organização urbana com mais habitantes e proporcionou a ascensão de um novo grupo social comerciante, os burgueses.

Os grupos de mercadores foram formados também pelos indivíduos que concentraram suas práticas comerciais ao redor dos feudos – os “burgos”⁵ - e acumularam riquezas ascendendo no meio urbano. Os comerciantes, por sua vez, influenciaram na dinâmica da Baixa Idade Média ao organizarem feiras comerciais com a proteção dos próprios suseranos. Eles viabilizaram o estabelecimento dos comerciantes nas proximidades de suas terras, para que pudessem realizar suas práticas comerciais em troca de impostos.

Pohlmann (2019) aponta sobre as cobranças dos mercadores nas feiras que: “o dinheiro proveniente destas taxações promoveu simultaneamente o bispo e o príncipe laico.”

⁴ “Burguesia: conjunto de habitantes que moravam nos burgos e detinham o domínio de suas atividades.” (Bauer, 2019, p. 184)

⁵ “Burgos: denominação derivada do germânico burgs, modificado para o latim burgu, que significa pequena fortaleza.” (Bauer, 2019, p. 178)

(Pohlmann, 2019, p. 14). Nesses espaços foram comercializados tecidos, gêneros alimentícios diversificados, produtos artesanais e especiarias bastantes lucrativas advindas do Oriente. Uma grande população se fixou nessas regiões de controle senhorial, e esses povos, em um determinado ponto, passaram a buscar a independência para que pudessem gerir essas terras, através de suas próprias regras, e controlar suas atividades comerciais.

Os burgos poderiam obter sua independência de forma pacífica, mediante o pagamento de uma indenização ao nobre ou clérigo local. Em caso de resistência, deveriam buscar apoio externo, que, na maioria das vezes, se dava pela intervenção real. Essa era uma importante estratégia de poder em um período em que os reis estavam buscando recuperar sua autoridade. A liberdade dos burgos era formalizada pela Carta de Fundação e/ou Carta de Franquia. (Bauer, 2019, p. 183)

O clero optou por organizar-se acompanhando as demandas e as mutações, que interferiram em seu poderio terreno e culminaram na sua perda de influência. Durante os processos históricos da Baixa Idade Média, conexões permeadas por interesses de ambas as partes (comerciantes e a Igreja) de se manterem socialmente influentes, se tornaram peças fundamentais no impulso citadino. Uma nova hierarquia se ergueu, mas a Igreja não ficou para trás, e diante de tantas transformações, buscaram meios para se adaptar. O revigorar da urbanização alterou a lógica de poder social entre os nobres, os eclesiásticos e a própria economia medieval. Inicialmente, a concepção dos eclesiásticos para com esses homens partiu de preceitos morais cristãos, logo:

A figura do comerciante, do artesão, do citadino em geral, e de todos os ofícios que se geraram na cidade, vão alterar a ideologia das três ordens sociais elaborada pela Igreja. Agora, além dos que rezam, guerreiam e trabalham, havia outros indivíduos nesta sociedade. Neste contexto, o mercador na cidade, e também o mercador itinerante, foram duramente marginalizados pela natureza de sua atividade. Os textos religiosos nos séculos XI e XII, como tratados canônicos, manuais de confissão etc., descreveram o comerciante como um marginal na sociedade. Era aquele que não tinha as virtudes cavalheirescas e não produzia. Disse o Papa Leão Magno, por exemplo, que era difícil não pecar quando se exercia a profissão de comerciante. (Calainho, 2019, p. 117)

Por outro lado, a autora Calainho (2019) proporciona a compreensão de que na prática, essa relação dos comerciantes burgueses com a comunidade cristã era diferente do que a doutrina determinava. Embora a moral criticasse certos exercícios econômicos, [...] “a Igreja não podia dispensar as vantagens do comércio e da nova lógica econômica que se impunha no Ocidente. Assim, fez ‘vista grossa’ [...] “. (Calainho, 2019, p. 118). Muitos daqueles que concentraram riquezas e bens materiais provenientes da expansão comercial, investiram e financiaram as construções das novas catedrais urbanas, banhados pelo desejo de salvação e interesses internos religiosos, como também comenta Pohlmann (2019):

As dúvidas sobre a salvação da alma aumentavam na proporção dos lucros obtidos com a economia monetária. Em busca da remissão dos pecados provenientes do

dinheiro, benfeitores leigos passaram a investir parte de seu capital na construção e ornamentação das igrejas urbanas. (Pohlmann, 2019, p. 18/19)

De acordo com Silva (2019), os espaços arquitetônicos religiosos demonstraram a força da Igreja e sua influência no contexto citadino, e foram resultados da expansão urbana e econômica feudal. Além de reunir fiéis, essas estruturas religiosas proporcionavam uma “experiência viva daquilo que contém a Bíblia, por meio de um vasto conjunto de vitrais e de esculturas. Representações arquitetônicas da doutrina cristã.” (Silva, 2019, p. 93).

O cenário do baixo medievo não favoreceu a dependência do homem na Igreja como fonte de mediação com o divino, pois, a comercialização e as metamorfoses sociais dinamizaram a mentalidade medieval. Princípios da filosofia cristã sofreram mudanças em suas estruturas para acompanhar as transformações sociais e individuais, com o objetivo de aproximar e reconciliar os fiéis com a fé católica. Nesse sentido, o clero reforçou o ensino e a disseminação das mensagens morais e educativas, através de suas ferramentas devocionais: os sermões nas missas, as hagiografias⁶ santas, os livros de oração e devoção individual - ou livros de horas⁷ -, e a teologia dos pecados capitais, por exemplo. De Souza (2013) enfatiza, que os livros de meditação particular foram utilizados no interior das residências laicas e cristãs, a medida em que a Igreja buscou novas ferramentas para manter o culto e a devoção ativa, mesmo que particular e individual, almejou reaproximar os fiéis do divino e dos valores morais.

A influência dos santos também desempenhou um papel importante na manutenção ideológica cristã, foram associados e tornaram-se protetores e padroeiros dos ofícios, como por exemplo, dos mercadores, pedreiros, artesãos, marceneiros, médicos entre outras ocupações, como explica Bauer (2019). A conduta católica e as jornadas santas registradas nas hagiografias, serviram como exemplo para os fiéis que haviam se afastado das preocupações com os ritos litúrgicos.

É possível notar, como explica Calainho (2019), que a Igreja, diante da alteração na concepção dos ofícios, bem como do surgimento de novas ocupações urbanas:

Mudou oficialmente sua visão do comércio, aceitando-o plenamente como uma necessidade aprovada por Deus. E também as profissões urbanas (artesãos, médicos, vendedores etc.) foram encaradas a partir deste período como necessárias e fruto de vocações divinas. Alargava-se, assim, a velha teoria das três ordens do feudalismo. (Calainho, 2019, p. 118)

⁶ “*Sf Rel* Estudo sobre a vida de uma pessoa considerada santa pela doutrina.” (klein, 2015, p. 269)

⁷ “O livro de horas constituiu-se num modo acessível de devoção pessoal diária para os cristãos em geral. Sua estrutura iniciava-se por um calendário litúrgico indicando os dias das festas religiosas e dos santos de devoção da comunidade local, seguido por pequenos extratos de cada um dos quatro Evangelhos. Na sequência tinha-se o texto principal, ou seja, o chamado “Pequeno Ofício da Virgem Maria”, ou “Horas da Virgem”. Compunha-se de oito sequências de orações devocionais referentes às passagens bíblicas “ (Nogueira. 2009, p. 4)

Devido ao crescimento da individualidade social, impulsionado pelo comércio nas cidades, pelas críticas ao clero, pelas consequências indesejadas das Cruzadas e pelas epidemias que assolaram a Europa, a Igreja enfrentou, durante a Baixa Idade Média, uma fase turbulenta, como afirmado por Cambi (1999): "abalada por essas demandas de renovação e pelas profundas crises que a atravessam, vive uma fase altamente dramática [...]" (p. 150). Um exemplo dessa transformação foi a transferência do controle temporal, antes determinado pelos sinos das igrejas, para um objeto associado aos comerciantes: o relógio. Nesse contexto, as preocupações e prioridades passaram a se concentrar nas atividades comerciais urbanas e marítimas, assim como nas questões monetárias, e, conseqüentemente, não fazia mais sentido manter o grupo eclesiástico como a autoridade que regia o tempo.

Como nos explica Baschet (2006):

O tempo das cidades introduz distanciamentos marcantes em relação aos tempos da Igreja, dos senhores e da terra. É na cidade, e para a cidade, que o relógio mecânico público, cuja técnica aparece por volta de 1270-80, se difunde através da Europa [...], os artesãos que trabalham na cidade têm necessidade de uma indicação precisa e específica para marcar o início e o fim das atividades cotidianas. (Baschet, 2006, p.310/311)

Ao mesmo tempo que o clero operou mutações em seus dogmas e ensinamentos para adaptar-se ao cenário vivenciado, também transformou a sociedade e a memória coletiva (Le Goff, 2008), para que mesmo em sua individualidade o homem estivesse em contato com os axiomas cristãos. A construção de pensamento, da memória e dos costumes socioculturais estiveram intrinsecamente ligadas as novas funções desenvolvidas naquele contexto. E o clero medieval adotou uma abordagem que visava transmitir e ensinar novos princípios e normas de comportamento social, com base nos ensinamentos da Escritura Sagrada. Segundo Andrade (2021), desejou estabelecer uma conexão mais próxima entre o indivíduo e a religião, e buscou monopolizar o controle temporal, social e econômico.

A educação teológica estruturada e disseminada por pensadores cristãos da época foram "escolas de pensamentos que buscaram promover e justificar racionalmente as crenças cristãs, ao mesmo tempo em que procurava apresentá-las por meio de uma exposição sistemática. Portanto, o escolasticismo⁸ não deve ser considerado um sistema de crenças, e sim um método argumentativo" (Andrade, 2021, p. 96), que foi fundamental para orientar e determinar aspectos, econômicos e socioculturais dos homens durante o desenrolar da Idade Média.

De acordo com Nunes (1978), essa educação foi focada e pautada na vida espiritual e na moral cristã, sustentada pela noção do pecado, do que deveria ou não ser feito e do temor à

Deus. Andrade (2021) aponta que o escolasticismo eclesiástico foi estruturado no desejo de conciliar a filosofia greco-romana da Antiguidade com a teologia religiosa, e a Igreja Católica detinha o conhecimento que, segundo sua teologia, era proveniente do divino (Aranha, 2006). E foi ela quem possuiu autoridade para disseminar, através dos padres e teólogos, o primeiro cuidado educacional e espiritual católico, a pedagogia que esclareceu e orientou “o homem a alcançar a eterna felicidade.” (Nunes, 1978, p. 3)

Essas orientações morais e ensinamentos teológicos, partiram do desejo de manter a ordem social e o *status quo* daquela que desde os primórdios medieval ganhou espaço e preservou sua influência através de diversas ferramentas, alianças e adaptações, seja no modo de compreender algo ou na postura social adotada ao longo da Alta e Baixa Idade Média. Mas principalmente almejou aproximar e reconciliar o homem com a fé católica em momentos de descrença, contestações e distanciamento dos mandamentos cristãos.

2. ICONOGRAFIAS MORALIZANTES E A EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA: A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA CATÓLICA NO ENSINO

Parte das informações que possuímos sobre esses períodos históricos e seus processos, são frutos dos escritos eclesiásticos e passaram pela preservação monacal da época. Ou seja, são fontes que demonstram a perspectiva da Igreja e de seus membros, como comenta Costa (2004). Ao nos aprofundarmos no tema educação medieval, importante elemento que perpassou a Alta e Baixa Idade Média, não podemos deixar de citar os membros religiosos que foram um dos produtores de conhecimento e cultura da época, e que durante a Alta Idade Média, concentraram os saberes educacionais em suas mãos, bem como o ato de instruir.

Mas, faz-se necessário comentar aqui a relevância e importância dos que, em primeiro momento, desde a Antiguidade, impulsionaram e abriram os caminhos para que o monopólio evangelista e pedagógico cristão de fato se consolidasse no ocidente medieval, os monges.

Segundo Aranha (2006):

Era inevitável que os monges temessem a influência negativa da produção intelectual da Antiguidade sobre os fiéis, ao mesmo tempo que não podiam rejeitar, em bloco, essa fecunda herança cultural. A solução encontrada foi a lenta adaptação do legado greco-romano à fé cristã. Aos poucos, os mosteiros enriqueceram suas bibliotecas com o trabalho cuidadoso e paciente de monges copistas, de tradutores experientes, que vertiam para o latim textos selecionados da literatura e filosofia gregas, de bibliotecários meticulosos, que controlavam, mediante ordens superiores, as leituras permitidas ou proibidas, a fim de disseminar e preservar a fé a qualquer custo. (Aranha, 2006, p. 112)

De acordo o autor Le Goff (2005), essas comunidades isoladas organizaram-se em mosteiros, centros religiosos, culturais e econômicos, que marcaram a presença evangelizadora cristã nos campos, desde a Antiguidade Clássica. Como afirma Costa (2004), a tradição monacal que se difundiu no ocidente do século IV, se formou no Egito Antigo a partir das:

Viagens de alguns homens até o Oriente. Temos como exemplos dessas peregrinações voluntárias – e a grande movimentação dos homens medievais - João Cassiano, que na década de 390 foi ao Oriente e, ao retornar para o Ocidente, divulgou as práticas e as experiências monásticas que lá observou. Quando o monasticismo se estabeleceu na Europa (na região de Gália), os escritos de João Cassiano foram fundamentais para o estabelecimento da tradição monástica na Europa medieval. (Costa, 2004, p.7)

Nos mosteiros concentraram-se um número alto de monges, homens que seguiam suas vidas religiosas, de forma voluntária ou não, e voltaram-se à jornada monástica. Ocuparam papel ativo na expansão do cristianismo, conversão de adeptos e na preservação dos saberes produzidos e transmitidos durante a Antiguidade, Le Goff (2005). Entre eles estavam os copistas e tradutores, que transcreveram textos e livros, produziram ilustrações para seus escritos, e exerceram funções artísticas e artesanais nos centros monásticos, bem como, foram difusores do evangelho. Protagonistas e porta-vozes das premissas e doutrina católica do

ocidente, como aponta Silva (2019), os monges moldaram e introduziram os valores e intenções do cristianismo de modo que o clero medieval se consolidasse socialmente.

Com a preservação da literatura e filosofia através da tradução e cópia dos textos, o clero pôde basear-se em diversos elementos e ideias da Antiguidade Clássica e de seus pensadores, para que pudesse assim, ressignificá-los e, como nos explica Costa (2004), construir suas bases de expansão ideológicas, religiosas e pedagógicas. Ocorreu uma fusão entre esses elementos conservados, a simbiose foi essencial para que a Igreja Católica pudesse estruturar seus dogmas e seus mecanismos de ensino, mesmo com a perseguição aos cristãos comentada por Nunes (1978), nos séculos iniciais da religião.

Os monges, que orquestraram a vida religiosa nos mosteiros, não tiveram o seu protagonismo reservado apenas às orações e à vida monástica. Podemos pontuar, conforme os ditos do autor Diel (2017), um marco na trajetória dos mosteiros que impulsionaram o poder pedagógico eclesiástico e abriram as portas para o cristianismo, diante de uma cultura com bases pagãs, tidas por eles como vulgar. Citamos abaixo, o episódio que fechou a última escola com influência filosófica da Antiguidade, que ocorreu no século VI. De acordo com Diel (2017), o:

Monasticismo tem dois grandes movimentos na Idade Média. O primeiro é marcado pelo seu nascimento, com a criação, em 529, da regra de São Bento, que dará origem ao monasticismo ocidental. Essa data é significativa, pois ela se junta a outra decisão importante para a cultura e a educação no ocidente, é, pois, o ano do fechamento da última escola platônica pagã por Justiniano (527-565). O primeiro acontecimento abre o ocidente medieval para a afirmação e expansão do cristianismo como cultura hegemônica, o segundo, fecha o ocidente à cultura pagã grega. (Diel, 2017, p. 407)

Deixaram assim, o caminho livre para que novas escolas e outras ideologias educacionais partissem de quem ganhou espaço no cenário ocidental religioso. Conforme comentado por Diel (2017, p. 407), “a Idade Média nasce, portanto, combatendo e cristianizando a filosofia grega.”, ao mesmo tempo que assimilou diversos elementos.

Desenvolveram, no meio monástico, uma nova forma de conduzir a instrução, com os monges responsáveis pela educação medieval. Conforme Diel (2017) aponta, aqueles encarregados pela instrução não foram vistos como mestres ou sábios da Alta Idade Média, mas sim, como salvadores de almas. Em vista disso, mesmo com poucos educadores, transmitiram seus conteúdos através da oralidade, de forma dialogada e em Latim, Aranha (2006). Costa (2004) nos diz que:

Dessa forma o cristianismo latino serviu de base para a fusão do que restara da cultura germânica, e desse original amálgama nasceu a sociedade medieval, a Idade Média. Assim, a Igreja passou a ser – involuntariamente e por circunstâncias históricas alheias à sua vontade- a única detentora da escrita em meio a um ambiente barbarizado, tornando-se a única responsável pela educação formal, isto é, ela foi a única capaz de

difundir a leitura e a escrita latinas, mesmo que lentamente devido ao pequeno número de educadores. (Costa, 2004, p. 9)

Segundo Aranha (2006), o objetivo da instrução foi compreender e interpretar a teologia cristã, combater as heresias e as falhas morais identificadas pelo clero e a conversão dos não-cristãos. A partir de adaptações da filosofia antiga desejaram disseminar e fundamentar as virtudes éticas, os mandamentos bíblicos e os pecados, ao mesmo tempo “conciliar a fé e a razão” (Aranha, 2006, p.113) através dessa primeira preocupação educacional eclesiástica. Seguimos também os ditos de Peinado e Oliveira (2008): “Esse processo educativo realizado pela Igreja corresponde ao processo de articulação social.” (p.12).

É possível observar que no desenrolar da Alta Idade Média o ensino respondeu aos interesses dos grupos influentes, que monopolizaram influência e riqueza, a Igreja e os senhores feudais. Bem como, acompanhou e adaptou-se as transformações religiosas, sociais, políticas e culturais que se manifestaram ao longo dos séculos, comentadas no primeiro capítulo. Nunes (1978) aponta, que as decisões frente a essas mudanças foram tomadas por membros eclesiásticos, principalmente após a oficialização da religião cristã no império romano, e serviram de alicerce para a construção de condutas e premissas que foram transferidas através do ensino medieval.

Sobre esses membros, os ditos de Cattelan e Danieli (2020) explicam que:

Os Doutores da Igreja (Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho), concentraram seus esforços na organização da disciplina, do culto e da moral, a fim de fortalecer a igreja e dar aos homens uma doutrina de ética que norteara todas as ações dos homens. E para isso, a educação é a chave central. (Cattelan; Danieli, 2020, p. 4)

O filósofo e teólogo Santo Agostinho⁹ (354-430), por exemplo, foi um forte nome cristão que norteou e forneceu bases à conversão de fiéis e instrução que predominou durante a Alta Idade Média, considerou a fé como elemento primordial para a compreensão das verdades divinas, e o ensino a fonte do conhecimento e disseminação das premissas cristãs.

Segundo Cattelan e Danieli (2020) para Agostinho o homem:

Só é cristão quando ele se converte à religião. Por isso, a leitura e a compreensão dos textos sagrados eram essenciais. E para isso, a educação era o ponto de partida para realizar a conversão das pessoas. E esta conversão é em Agostinho um processo de aprendizagem, que se realiza através de sinais, símbolos, linguagem etc. No seu

⁹ “Santo Agostinho, ou Aurélio Agostinho, que nasceu no norte da África em 354 d.C. Foi criado pela mãe no conhecimento da fé cristã, mas acabou abandonando essa religião na juventude, vindo a retornar após ouvir as mensagens do bispo Ambrósio de Milão, para ser batizado em 378, até tornar-se bispo Igreja em Hipona no ano de 396. Agostinho pregou e escreveu prolificamente sobre controvérsias teológicas até sua morte [...] é considerado um dos maiores pensadores cristãos, e seus ensinamentos continuam a influenciar o pensamento cristão em todo o mundo ocidental.” (Andrade, 2021, p. 78)

tempo, não se nascia cristão. Era preciso se converter a doutrina cristã. (Cattelan; Danieli, 2020, p. 5)

Ademais, os autores complementam que a filosofia pedagógica agostiniana respaldada na ética, na fé cristã e na interpretação bíblica, para instrução e conversão dos não-cristãos no contexto de transição da Antiguidade para Alta Idade Média, conseguiu:

Resolver alguns obstáculos e dificuldade de sua pregação para a conversão dos povos nômades. A primeira era que os mesmos não tinham uma “vida intelectual”, ou seja, não tinham acesso ao conhecimento escrito. Segundo, era a questão do culto à Deus. Pois os nômades cultuavam vários deuses, e como falar em um único Deus, se eles cultuavam vários? Que forma se utilizar para que a mensagem, a doutrina chegasse a todos? Sendo assim, a educação através dos sinais, dos gestos e da linguagem era o instrumento que possibilitaria realizar tal conversão dos povos. (Cattelan; Danieli, 2020, p. 6)

De início, o próprio clero obteve sua formação nos mosteiros com os monges, o imperador “Carlos Magno incentivou a construção de escolas porque, além de ter preocupações cristãs, tinha a necessidade de um clero bem instruído para converter os povos que ainda viviam no paganismo. ” (Costa, 2004, p. 33). Assim, partiram deles os primeiros modelos e práticas pedagógicas destinadas a cada membro da sociedade medieval nas escolas.

No que diz respeito ao desenvolvimento dessas escolas, Diel (2017) aponta que não estiveram apenas nos mosteiros:

[...] havia outros locais de ensino na Europa Medieval, é o caso das catedrais e das paróquias. Nos castelos e palácios reais também havia atividades educativas, as quais dependiam de iniciativas privadas da nobreza ou de alguma família abastada. É verdade que essas escolas, não foram tão significativas como as escolas monásticas, entretanto todas foram importantes no processo de formação medieval. (Diel, 2017, p. 407)

Nunes (1978) aponta que os ditos eclesiásticos, em primeiro momento, incentivaram uma formação catequética baseada nos valores morais cristão e na reforma dos comportamentos humanos. No mais, Diel (2017) aponta que: ” A escola, nos mosteiros, era frequentada pelos noviços que queriam entrar para a vida monástica, independente da sua idade. Assim, na escola monástica poderia haver crianças, jovens e adultos assistindo a mesma aula. ” (p. 409). O autor complementa ainda, que o objetivo foi realizar a manutenção dos saberes educacionais entre o clero letrado e a nobreza senhorial, laica ou não, que pagava pelo ensino.

No que tange a expansão dos alcances educacionais aos menos afortunados e leigos, de acordo com os ditos de Nunes (1979), a Igreja Católica almejou cada vez mais dilatar seu poderio, sua teologia e seus códigos morais. Conforme apontado por Oliveira (2009) e Silva (2019), é fundamental destacar que as transformações sociais e educacionais não ocorreram de maneira uniforme e simultânea na Europa medieval, de fato, a inclusão de leigos e pessoas

pobres na instrução foi um processo dinâmico e realizado de forma desigual em diferentes regiões.

Logo, as questões que orbitaram a esfera da dilatação do ensino cristão, foram determinadas por autoridades máximas sociais e religiosas. Segundo o autor:

O cânon 18 do XI Concílio Ecumênico, o III de Latrão, em 1179, no pontificado de Alexandre III, prescreveu que em toda catedral se instituiria um benefício que permitisse custear os estudos dos clérigos e dos escolares pobres que não deviam ser privados de instrução devido à falta de recursos dos pais [150]. Essa prescrição foi renovada pelo cânon 11 do XII Concílio Ecumênico, Quarto de Latrão, no pontificado de Inocêncio III, onde se declara a renovação do cânon 18 do XI Concílio Ecumênico, para que se outorgue ensino gratuito aos clérigos da catedral e a outros estudantes pobres, aliosque scholares pauperes. Esse Concílio Ecumênico de 1215 prescreveu que qualquer igreja, além da catedral, com recursos suficientes, sustentasse um professor de gramática e que a igreja metropolitana mantivesse um teólogo, a fim de ensinar aos padres e a outros a Sagrada Escritura e o cuidado das almas. (Nunes, 1979, p. 106/107)

Na medida em que os leigos e pobres acessaram o ensino, predominou uma distinção no conteúdo mediado e na forma com que a educação a eles se desenrolou. Para o clero, por exemplo, o ensino foi apresentado como uma forma de prepará-los para o ato educacional, para o desenvolvimento espiritual e também para o domínio da leitura e da escrita, de modo que fosse possível transmiti-lo posteriormente aos leigos. Ou seja, almejavam a formação dos padres, bispos e sacerdotes para aumentar o quadro de mestres das escolas em expansão, e a manutenção do monopólio cristão diante da cultura, da arte, da escrita e leitura, de acordo com Costa (2004).

Já no caso da educação à corte, possibilitada pelo Imperador Carlos Magno (Costa, 2004), disseminou sim os preceitos católicos, mas a educação nos palácios objetivou também, a formação cavaleiresca¹⁰ (Costa; Santa Bárbara, 2009) e de novos administradores para os castelos, com o ensino incumbido de preceitos feudais, cristãos e ao mesmo tempo senhoriais. Rodríguez (2013) diz que em geral as elites:

Eram alfabetizadas, seja no âmbito da igreja-convento, ou no castelo- palácios. Contavam com instituições e agentes educativos especializados que cuidavam da educação. Os conhecimentos, tanto da cultura religiosa como da cultura laica, eram transmitidos mediante médios escritos, e privilegiam-se os valores e modelos cristãos, embora a oralidade também fosse uma metodologia utilizada para discutir os textos escritos. (Rodríguez, 2013, p. 3)

¹⁰ 'A formação cavaleiresca demonstrou-se pautada na instrução religiosa e militar, voltada com mais intensidade para os valores cristãos em defesa dos fracos, de justiça, de idealização da mulher e do amor, mas também nos princípios da aventura, de honra e da coragem. Enfim, a Cavalaria se constituiu como instituição de iniciação com obrigação de formar a criança desde a sua moral até o desenvolvimento de sua identidade espiritual. O cavaleiro deveria reunir qualidades como: valor, honra, fidelidade, proteção, cortesia. (Costa; Santa Bárbara. “ (p. 13)

Ademais, como descrito por Medeiros (2006), o segundo filho (chamado de secundogênito) dos senhores feudais não receberia a herança familiar, logo, os descendentes recorreram às escolas e à pedagogia cristã para transitar entre os grupos sociais e adentrar a hierarquia eclesiástica. Por intermédio da educação palatina e monástica, formavam-se padres ou bispos, por exemplo.

Como comentado, após algumas alternâncias no ensino a camada iletrada e pobre iniciou a dinâmica educacional religiosa, o que difere dos demais grupos citados, é que os leigos não aprenderam os saberes da escrita e da leitura, Aranha (2006). O foco concentrou-se em ensinar o leigo a ser um bom e obediente fiel, e na transmissão dos conhecimentos eclesiásticos baseados nos mandamentos sagrados, os leigos: “[...] recebiam a instrução suficiente para o cumprimento dos deveres monásticos.” (Nunes, 2018, p.110). A educação medieval para esses grupos refletiu tanto o desejo do clero em exercer a soberania de sua influência, quanto de manter a unicidade religiosa, social e cultural.

Focados na manutenção da vida espiritual, a educação cristã, de acordo com Nunes (1978), reforçou a moral eclesiástica, e esteve respaldada na noção de pecado, na meditação do fiel na palavra transmitida pelo clero e no “temor de Deus” (Nunes, 1978).

O segredo da educação cristã em todos os tempos, quer no período apostólico ou patrístico, quer nos dias de hoje: a coisa mais importante na educação dos filhos é ensinar-lhes a temer Deus. Os Padres Apostólicos e os seus sucessores sabiam que o cristão deve meditar constantemente na palavra de Deus e esta insiste continuamente na necessidade do temer de Deus. (Nunes, 1978, p. 19)

Diante do cenário e da dinamicidade medieval, o clero, no que diz respeito à educação, recorreu a diversas ferramentas pedagógicas e moralizantes para instruir os iletrados, mas os conhecimentos difundidos não visavam uma cultura intelectual. Transmitiram os ensinamentos religiosos através da tradição oral e simbólica, e priorizaram a cultura moral e espiritual, segundos as autoras Costa e Santa Bárbara (2009):

A cultura da sociedade medieval era desenvolvida no castelo do feudatário ou nas igrejas sobretudo nos mosteiros. Segundo Luzuriaga (1984), a educação ocorria nos mosteiros com prioridade para o ensino religioso e, substancialmente, para o ensino cultural e educacional. Assim o aspecto moral e espiritual era muito mais elevado do que o aspecto intelectual. [...] A partir do século IV, começa a aparecer um tipo de escola cristã, voltada para a vida religiosa e que nada mais possuía de escola antiga “[...] está escola, porém, de inspiração já totalmente medieval, permanece por longo tempo propriedade de um meio particular e pouco se irradia exteriormente. Trata-se da escola monástica”. (Costa e Santa Bárbara, 2009, p. 9/10)

Como comenta Baschet (2006), “a escrita tem apenas um lugar estrito na sociedade.” (p. 181), ou seja, nem todos dominavam a escrita e a leitura, logo a oralidade e a “memória litúrgica” (Le Goff, 2003) foram bases para divulgação do que foi necessário transmitir aos analfabetos. O fato de utilizarem pouco o ensino escrito, com esse grupo, contribuiu para que a

associação entre a memória e a oralidade ocupasse um papel decisivo na transmissão das premissas católicas a esses povos iletrados e pobres. Sobre a cristianização da memória coletiva medieval, o autor Le Goff (2003) complementa que:

Enquanto a memória social “popular”, ou antes, “folclórica”, nos escapa quase inteiramente, a memória coletiva formada por diferentes estratos sociais sofre, na Idade Média, profundas transformações. O essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual. Cristianização da memória e da mnemotécnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento, enfim, de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média. (Le Goff, 2003, p. 438)

Nesse sentido, ao longo da Idade Média, as pregações e sermões foram fundamentais na transmissão e absorção das palavras divinas e na construção da memória litúrgica coletiva, diante do monopólio cristão da escrita e da leitura, como reforça Oliveira (2007): “A memória foi um dos elementos constitutivos do intelecto medieval, seja por meio do teatro e das canções de festas, seja pela memorização dos textos sagrados ou teóricos que os escolares medievais precisavam reter para a construção de seus saberes.” (p.126)

Aliado a essas, Peinado e Oliveira (2008) apontam também que, a memória no ensino esteve presente:

Em diferentes tempos históricos. Elemento fundante da aprendizagem, pois, pela memória, criam-se os hábitos de comportamento. No ato de lembrar, o indivíduo lembra-se como se deve comportar. Nesse sentido, a memória na Idade Média constitui-se a condição de fazer-se sujeito. (Peinado e Oliveira, 2008, p. 6)

Aos iletrados, “o aprendizado se dava pela repetição” (Diel, 2017, p. 412) dos mandamentos, histórias bíblicas e sermões pregados durante as missas e comemorações católicas, que ajudaram a fixar na memória os dogmas e ensinamentos destinados a cada grupo. De acordo com os ditos de Costa (2004) “Sem essas bases educacionais e morais, o homem não poderia ter fé.” (p.9)

Em conjunto com a repetição das pregações, para auxiliar no ensino cristão destinado aos leigos e pobres, adaptações por parte do grupo eclesiástico foram necessárias, e outra via para o reforço e para a disseminação pedagógica e cultural aos iletrados foram as iconografias sacras com carácter moralizante, produzidas durante a Alta e Baixa Idade Média. Schmitt (2006), aponta que a repetição dos fundamentos teológicos aliada a característica pedagógica da:

Iconografia cristã – Anunciação, Visitação, Natividade, Crucificação, Julgamento Final – facilitava seu reconhecimento pelos fiéis e tornava-os mais familiarizados com os fundamentos da crença cristã. Em meados do século XIII, o bispo Guilherme Durand de Mende nota em seu *Rationale divinarum officiorum* que em seu tempo dá-

se mais valor às imagens do que aos textos, justamente em razão de sua eficácia pedagógica. (Schmitt, 2006, p. 599)

Ao analisar as questões imagéticas medievais, é possível observar os múltiplos significados e funções que tiveram na sociedade. Para Pereira (2004):

[...] as funções - aquilo para que servem as imagens - podem ser múltiplas, contraditórias, ambíguas e polivalentes. Jérôme Baschet fala mesmo em "modos de funcionamento", a fim de evitar todo equívoco, toda tentação de se estudar as funções isoladamente, como muitos historiadores da arte têm feito ultimamente, ao tentarem se afastar da tradição vasariana. (Pereira, 2004. p. 11)

A autora Godoi (2016) nos lembra que " a produção visual sempre fez parte da vida humana, com maior ou menor grau de importância cotidiana, as imagens sempre estiveram presentes." (p. 2), e parte dos ícones visuais produzidos na época estiveram ligados ao universo litúrgico cristão. Entretanto, devido à falta de preservação ao longo do tempo e baixa produção artística, em determinados períodos, temos dificuldades de encontrar imagens da Alta Idade Média, por exemplo.

Como afirma Godoi (2016), foi no decorrer dos séculos X e XI, que "o desenvolvimento das imagens acompanha, com uma bela simultaneidade, o reforço da instituição eclesial; e pouco a pouco, elas se tornam ornamentos indispensáveis do poderio da Igreja. " (Baschet, 2006, p. 522). Assim perpetuaram a cultura eclesial, ao garantir a disseminação de seus códigos morais e de condutas através desses meios de comunicação e transmissão dos valores cristãos.

Oliveira (2013) comenta também que, com a aceitação das imagens começam a aparecer:

Símbolos propriamente cristãos e cenas descritas nos evangelhos, mas não se manifestou uma especialização no processo de confecção dessas imagens. Essas imagens ainda não tinham uma conotação contemplativa, não eram imagens de culto, e também não tinham a função de evangelizar, apenas procuravam manter viva a lembrança de alguns momentos ou passagens importantes para os cristãos num processo de representação visível de sua história sagrada. (Oliveira, 2013, p. 32)

De acordo com Oliveira (2013), a expansão das iconografias aproximou da Igreja Católica os não-cristãos e os pagãos, que por sua vez comumente cultuavam seus deuses por meio das representações imagéticas politeístas, "a imagem sagrada adquire, na doutrina da Igreja Católica, uma importância tão grande quanto a que exercia nas religiões pagãs, porém, com um sentido diverso do que era praticado no paganismo." (Oliveira, 2013, p. 29). Se tornaram elementos de aproximação e de conversão ao cristianismo, que aumentou quantitativamente os seus seguidores, uma vez que, utilizar-se dessa similaridade, paulatinamente possibilitou o afastamento de suas tradições, ao mesmo tempo que os aproximaram da liturgia cristã ocidental. "As obras e sua ornamentação serviam para interceder

pelo pecador, para lhe redimir os pecados feitos através do financiamento de obras piedosas. ” (Colvero; Santos, 2019, p. 13)

Baschet (2006) discorre sobre a aceitação e às concepções da Igreja sobre a utilização e funções dos ícones imagéticos medievais, tais questões foram debatidas por nomes de relevância no que tange, também, o ensino teológico. De acordo com os ditos de Baschet (2006), o autor Santo Agostinho, por exemplo, definiu os ícones como um: “*signo*, ou seja, uma coisa que, através da impressão que ela produz sobre os sentidos, faz chegar uma outra ao conhecimento. Ora, o mundo inteiro é, para o pensamento medieval, uma vasta rede de signos, que é preciso se esforçar para decifrar como indícios da vontade divina. ” (Baschet, 2006, p. 511)

Por outro lado, o Papa Gregório, na passagem do século VI para o VII, redigiu uma carta destinada ao bispo de Marselha, na qual reprimiu a eliminação das imagens sacras, e discorreu sobre a importância das ilustrações produzidas à camada que não detinha o conhecimento da leitura. Determinando-as como a “bíblia dos iletrados”, como descrito por Schmitt (2006), o papa apontou também sobre elas estarem incumbidas de três funções fundamentais, que seriam: instruir, comover e fazer lembrar.

O papa reprovou a atitude iconoclasta mostrando-lhes a utilidade das imagens, mas também os limites dentro dos quais convinha encerrar sua utilização: as imagens não devem ser “adoradas” como são os ídolos pelos pagãos, mas também não devem ser destruídas. Elas têm de fato uma tripla função: lembrar a história sagrada; suscitam o arrependimento dos pecadores; enfim, instruem os iletrados que, ao contrário dos clérigos, não têm acesso direto à Bíblia. Desde então frequentemente se insistiu neste ponto, as imagens serem a “Bíblia dos iletrados”. (Schmitt, 2006, p.599)

Segundo Baschet (2006), a fala do pontífice foi absorvida e reproduzida no seio social cristão medieval, e “essa expressão tornou-se uma espécie de fórmula mágica, criando obstáculos à compreensão do estatuto das imagens na sociedade medieval, de suas funções e, mais ainda, de suas práticas. ’ (Baschet, 2006, p. 484).

Por sua vez, no meio historiográfico, a carta de Gregório serviu de fonte de análise e compreensão dos processos históricos e artísticos medievais, entretanto, segundo Pereira (2011), a partir das primeiras interpretações da carta, difundiu-se a ideia, generalizada e positivista entre os historiadores, de que todas as imagens produzidas no medievo serviram exclusivamente de “letras” para os leigos. Dizer que todas foram puramente destinadas à comunidade iletrada e pobre é, segundo Pereira (2011), uma proposição contraditória e limitante.

Baschet (2006) complementa que “a definição que as reduziria a um papel de instrução de *illitterati* é, evidentemente, insuficiente. As imagens medievais estão longe de ser destinadas

apenas aos laicos, e elas são, de resto, com frequência postas em lugares reservados aos clérigos ou em livros que só eles utilizam. ” (p. 495). Por exemplo, um trabalhador camponês dificilmente teria contato com uma das obras sacras presentes nos livros transcritos e ilustrados pelos monges da Idade Média, já que esses materiais estiveram presentes e disponíveis apenas no meio eclesiástico (Pereira, 2011). Diante das informações, é evidente a necessidade de uma análise imagética que leve em consideração não apenas os aspectos visuais da obra, mas também o contexto de produção, “locus particular” (Schmitt, 2006) que a imagem ocupou, para quem foi destinada e a relação com seus observadores.

Schmitt (2006) explica que é necessário evitar:

Simplificar a enumeração das funções das imagens cristã. É preciso prestar atenção por exemplo na localização dos programas pintados, que muitas vezes concerniam mais o coro da igreja, reservado ao clero, do que a nave, onde ficavam acantonados os leigos: a instrução destes separados dos clérigos por uma cancela, não dependia sempre das imagens. [...] o fato de construir uma igreja e de decorar toda a superfície de suas paredes com pinturas, vitrais e esculturas, de coroar altares com retábulos pintados ou esculpidos, de se munir de manuscritos iluminados, visavam a outros fins além da instrução dos iletrados. Era principalmente um meio de cumprir um contrato feito com Deus, sacrificando-lhe consideráveis somas de dinheiro, necessárias à escolha dos materiais mais preciosos e do pagamento do salário dos pintores, escultores, mestre vidreiros, ourives. (Schmitt, 2006, p.600)

Atrelado ao estudo da cultura e formação cristã, Pereira (2011) comenta que, certas imagens medievais exprimem as tradições e comunicam discursos dogmáticos dominantes, que permearam o cotidiano medieval, como a teologia e o imaginário mental de quem as encomendaram e de quem as produziram. De acordo com a autora, três fundamentos induziram a introdução e aceitação dos objetos visuais pelos eclesiásticos: a instrução, o reforço da memória e o estímulo devocional constante. A autora os caracteriza como:

Primeira, a instrução dos simples, porque eles são por elas instruídas como se o fossem pelos livros. Segunda, para que o mistério da Encarnação e os exemplos dos santos possam ser mais ativos em nossa memória ao serem representados diariamente sob nossos olhos. Terceira, para estimular sentimentos de devoção, já que estes são estimulados de maneira mais efetiva pelas coisas vistas que ouvidas. (Pereira, 2011, p. 1)

Esses símbolos e ícones foram criados de forma consciente e intencional, e, se passarem por análise de suas representações e discursos possibilitam ao historiador “a compreensão das formas de expressão das sociedades e dos próprios indivíduos.” (Godoi, 2016, p.130). E as múltiplas facetas das imagens sacras medievais, como explica o autor Schmitt (2006), são ressaltadas no termo *imago*¹¹, que carrega uma complexidade semântica e que fornece um

¹¹“A imago pode se definir como expressão visual de algo real, simbólico ou mesmo imaginário. Nela se consideravam as referências materiais já existentes e as construções mentais que enchem de sentidos as narrativas medievais. Assim, as imagens produzidas no período medieval têm suas características articuladas em meio à riqueza de sentidos que a palavra imago nos oferece.” (Godoi; Visalli, 2016, p. 132)

panorama social medieval, no qual estiveram diretamente ligadas às figuras e alegorias simbólicas que moldaram o imaginário e a memória coletiva da época.

Os signos com “eficácia pedagógica” (Schmitt, 2006, p. 599) e moralizante, foram utilizados também como base para imergir religiosos, laicos e leigos em discursos e mandamentos que transmitiram os preceitos e elementos da cultura dominante, sem demandar necessariamente das habilidades de leitura e escrita. Nesse cenário, serviram de vias para o ensino, para a disseminação dos axiomas cristãos e dos valores virtuosos que aproximavam os fiéis do sagrado, bem como contribuíram para a manutenção dos paradigmas morais religiosos que orientaram o homem nesse período (Pereira, 2011).

Sobre os que foram educados na interpretação e compreensão das imagens e simbolismos religiosos, tomamos como base os ditos por Eco (2012):

E se por um lado era fácil para os simples converterem em imagens as verdades que conseguiam compreender, aos poucos seriam os próprios elaboradores da doutrina os teólogos, os mestres, a traduzir em imagens as noções que o homem comum não aferraria, caso tivessem sido comunicadas no rigor da formulação teológica. Daí a grande campanha para educar os simples através do deleite da figura e da alegoria [...]. Assim, a teoria didascálica insere-se no cerne da sensibilidade simbólica como expressão de um sistema pedagógico e de uma política cultural que explora os processos mentais típicos da época. (Eco, 2012, p. 107)

Como descrito, a produção iconográfica cresceu ao longo dos séculos e surgiram diversas imagens e representações, que Jérôme Baschet (2006) aponta serem “ciclos narrativos”, baseados nos testamentos bíblicos. Ao participarem das pregações bíblicas nas missas e observarem os “ciclos” presentes nas imagens, teriam a possibilidade de reforçar e preservar as mensagens na memória, através da interpretação dos signos aos quais foram expostos (Pereira 2011). O que nos leva a compreender as produções artísticas moralizantes encomendadas pelo clero, que giraram em torno de temas do cotidiano católico, como os preceitos morais pecaminosos e indesejáveis por parte da Igreja medieval, que manteve o fiel meditando sobre temas como demônios, a Virgem Maria e Cristo crucificado, etc. (De Souza, 2013).

Logo, a estratégia educacional visou a manutenção do status quo do clero e a reaproximação do homem com a fé cristã, em momentos de descrença na igreja, pois o foco estava concentrado nos interesses íntimos e nas relações comerciais e não na moral cristã. E como analisado, para tentar alcançar seus propósitos de disseminação teológica e para contornar as adversidades da individualidade, que ameaçaram a unicidade da instituição religiosa secular,

a Igreja se valeu de distintos meios para continuar detentora de influência sociocultural, pedagógica e econômica durante a vida na Idade Média.

3. ICONOGRAFIAS SACRAS COMO FERRAMENTAS NO ENSINO MEDIEVAL: ANÁLISE DA FUNÇÃO MORALIZADORA DAS IMAGENS SAGRADAS

Analisaremos a partir daqui iconografias produzidas ao longo da Alta e Baixa Idade Média, com características tidas como sacras e moralizantes (Baschet, 2006). Esses objetos artísticos e visuais serviram como meio de expressão das ideias de um grupo, como afirma Le Goff e Schmitt (2006) elas: "comunicam sentidos, estão carregadas de valores simbólicos, cumprem funções religiosas, políticas ou ideológicas, prestam-se a usos pedagógico, litúrgicos e mesmo mágicos." (p.11).

Essas iconografias ligadas ao universo erudito e religioso medieval, informaram e orientaram a população da época. Como afirma Pereira (2011), são objetos visuais que desempenharam papéis fundamentais como ferramentas de memorização, aprendizado e de fortalecimento do sistema teológico e pedagógico cristão. Entretanto, o objeto artístico puramente exposto diz sobre apenas uma de suas dimensões, é imprescindível a análise de toda a composição de elementos por trás da obra. Pois, como afirma Pereira (2011), as iconografias possuem utilidades e conjuntos de detalhes que entregam seu conteúdo e sua materialidade, e para analisar e interpretar as alegorias medievais, é fundamental, segundo Eco (2012), "levar em conta os repertórios enciclopédicos da época" (p.143), como por exemplo um diálogo entre a imagem e a Bíblia Sagrada, na qual o clero baseou seus ensinamentos teológicos e dogmas.

Sendo assim, tomaremos como base para análise a abordagem estruturada por Erwin Panofsky (1991), dividida em três etapas: "descrição pré-iconográfica", "análise iconográfica" e "interpretação iconológica". Cada uma dessas etapas contribui para a compreensão do conteúdo presente nas obras, do diálogo entre o imaginário coletivo social, os ensinamentos cristãos transmitidos aos letrados e leigos durante a Idade Média e os ícones sacros.

A primeira etapa, a descrição "pré-iconográfica" (Panofsky, 1991, p.55), consiste na observação e descrição detalhada dos elementos visuais da imagem, e visa reconhecer os símbolos e ícones. É uma análise descritiva e objetiva que envolve identificar figuras, objetos, cores, gestos e expressões faciais, e fornecer bases sólidas para os demais níveis da análise. A segunda etapa, a "análise iconográfica" (Panofsky, 1991, p.58), envolve o reconhecimento e interpretação das simbologias e temas presentes nas imagens, e para isso, de acordo com os ditos de Eco (2012), é necessária familiaridade com o repertório enciclopédico da época. Nessa fase, relaciona-se os elementos visuais descritos com textos e tradições conhecidas, como os escritos bíblicos e sermões medievais, por exemplo. Com o objetivo de compreender os

significados dos símbolos e como eles foram utilizados para transmitir mensagens, valores éticos e morais do contexto em que foram criadas.

Por fim, a “interpretação iconológica” (Panofsky, 1991, p.58) é a terceira etapa, que vai além da identificação de temas e símbolos, explora o significado intrínseco da obra. Esta metodologia considera o contexto cultural, social e histórico, incluindo as intenções do artista e a recepção da obra pelos observadores da época. A interpretação iconológica de Panofsky (1991) busca identificar mensagens subjacentes, alcançar a compreensão dos significados, simbologias e narrativas presentes nas obras, que expressam ideias, intenções e concepções de mundo e mentalidade social de uma época.

As iconografias selecionadas conversam em seus temas e contemplam a mentalidade simbólica medieval - que a Igreja Católica influenciou -, com suas simbologias e representações, exploraram e elucidaram valores virtuosos e pecaminosos que foram difundidos tanto aos fiéis iletrados e pobres, como aos mais instruídos e afortunados - que detinham o conhecimento da escrita e da leitura durante esse período. Outrossim, essas "narrativas imagéticas" (De Souza, 2017) sobre a teologia dos pecados, presentes nas iconografias sacras, foram transmitidas durante as pregações bíblicas e permearam o imaginário e a memória coletiva. Como comenta Pereira (2011), essas iconografias moralizantes, aliadas aos elementos litúrgicos, éticos e morais cristãos, tinham como objetivo estimular a memória e a devoção dos fiéis de todos os status sociais (Baschet, 2006), bem como fomentar o ato de sempre meditar sobre os dogmas católicos.

3.1 PRIMEIRA FONTE ICONOGRÁFICA

Figura 1 - Bernward Doors (Século XI, Catedral de Hildesheim)



Bernward Doors século X - XI (disponível em: <https://uchitelj.livejournal.com/1400848.htm>>)

Nos atentamos aqui ao exemplo da porta dupla da Catedral de S. Miguel de Hildesheim na Alemanha, produzida com bronze fundido, meados do século X e finalizada por volta do ano 1015, como afirmam Barnet, Brandt e Lutz (2013). É uma das mais antigas e mais altas portas de igrejas dos séculos X e XI e é um exemplo do objetivo da Igreja Católica com a promoção da educação e a disseminação dos mandamentos divinos através das iconografias durante a Idade Média.

Apesar da ausência de informações a respeito de quem a produziu, Barnet, Brandt e Lutz (2013) apontam que a porta foi encomendada pelo bispo Bernardo de Hildesheim e intitulada como “Bernward Doors”, de acordo com os autores o clérigo foi influenciado pelas referências da era Otoniana¹² que teve contato em suas comissões eclesiásticas:

As extensas viagens de Bernward a serviço da corte Otoniana, especialmente a Roma, forneceram estímulos contínuos para suas comissões. As portas de bronze podem ter sido inspiradas nas da antiga Basílica de São Pedro, e a Madonna com o Menino, em metal vazado, na parte traseira dos Evangelhos Preciosos (cat. 32), pelos ícones romanos. (tradução nossa, Barnet, Brandt e Lutz, 2013, p. 14)

Ela difere das demais obras artísticas desse momento histórico, pela forma tridimensional que foi construída e pelo seu tamanho de aproximadamente 4 metros. Fragmentada em 16 painéis, o artista que a produziu combinou um conjunto de cenas com características tipográficas que remetem aos escritos teológicos do clero. O que Jérôme Baschet (2006) chamou de “Ciclos narrativos” do Antigo Testamento, presente nas iconografias medievais.

No que tange a sequência teológica presente na porta dupla da Catedral de S. Miguel, analisaremos três painéis da obra que retratam questões edênicas sobre comportamentos pecaminosos e suas consequências presentes na Bíblia, no Novo e no Antigo Testamento no livro de Gênesis¹³.

Figura 2 -Bernward Doors (Século XI, Catedral de Hildesheim) – cena da imagem 1

¹² “A era Otoniana (919–1024) impulsionou um renascimento cultural, à medida que soberanos e bispos, buscando o prestígio dos impérios Romano e Bizantino, apoiaram vigorosamente a produção de arte, especialmente manuscritos iluminados e suas capas adornadas com joias, trabalhos em metal fino e outros mobiliários de luxo para a igreja.” (tradução nossa, Barnet, Brandt e Lutz, 2013, p. 3)

¹³ BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada O Velho e o Novo Testamento** (autores diversos). Publicada por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias Salt Lake City, Utah, EUA. 2015.



Disponível em: <<https://uchitelj.livejournal.com/1400848.html>>

A partir do que o autor Panofsky (1991) chama de “análise descritiva da iconografia”, no 1º painel é possível identificar duas figuras, uma masculina e outra feminina, eles estão nus em um cenário com três árvores distintas, uma delas chama a atenção por seus galhos, semelhantes a cobras que levam em suas bocas um fruto. A mulher, foi esculpida com dois frutos dessa árvore atípica nas mãos, e um deles é ofertado ao homem, que está com a mão estendida em direção a ela, o que dá a entender que está aceitando outro fruto, além do que ele já carrega em sua mão.

Figura 3 - Bernward Doors (Século XI, Catedral de Hildesheim) – cena da imagem 1



Disponível em: <<https://uchitelj.livejournal.com/1400848.html>>

No painel 2, um terceiro agente compõe a cena. A nova figura se difere das demais, uma vez que suas vestimentas e sua posição na obra exprimem distinção e superioridade entre as representações. O cenário é o mesmo, mas as expressões das personagens mudaram, as primeiras personagens permanecem nuas, mas agora escondem sua nudez com folhas das árvores, demonstram vergonha e timidez com seus corpos despidos, o que na cena anterior não parece ser uma preocupação.

Ainda no 2º quadro, em uma das mãos, o terceiro agente, segura uma espécie de livro, já com a outra aponta o dedo para a imagem masculina envergonhada, e ele por sua vez, curvado, aponta para a figura feminina. Para complementar a cena, temos a representação feminina com um animal, semelhante a uma cobra com braços e patas, enrolado em suas pernas, para qual a mulher acusa os dedos.

Figura 4 - Bernward Doors (Século XI, Catedral de Hildesheim) – cena da imagem 1



Disponível em: <<https://uchitelj.livejournal.com/1400848.html>>

Aliado aos primeiros painéis, o 3º quadro completa o ciclo narrativo com o cenário modificado. Agora temos uma nova composição, similar a um portal ou portão. Em um gesto expressivo, o terceiro personagem aparece com asas abertas e aponta para a porta, como se mandasse as outras duas figuras passarem por ela. O agente masculino está mais próximo da porta e quase abrindo-a, seguido da escultura feminina. Ambos demonstram vergonha para com seus corpos ainda nus, agora cobrindo-os com folhas ao sair do ambiente retratado.

Ao alinhar a análise descritiva dos signos presentes nos painéis com o conhecimento das escrituras sagradas, sugerido por Panofsky (1991), é possível identificar que as representações imagéticas aludem à primeira transgressão cometida por Adão e Eva contra as imposições de Deus, segundo a tradição cristã. Ou seja, conforme comentado por Barnett,

Brandt e Lutz (2013), há uma conexão entre os elementos presentes na porta da Catedral de São Miguel, do século XI, e a narrativa dos textos eclesiásticos.

Essa conexão pode ser identificada através da 2ª etapa da metodologia de Panofsky (1991), nomeada de “análise iconográfica”, que nos ajuda a interpretar os elementos visuais descritos anteriormente. Sendo assim, as figuras do 1º quadro são representações de Eva e Adão no Jardim do Éden, comendo o fruto proibido que outrora Deus havia dito para não provarem. A árvore e o fruto simbolizam o conhecimento, e, ao ingerir, protagonizaram o primeiro pecado humano, segundo tradição bíblica cristã narrado no livro de Genesis:

1. ORA, a serpente era mais astuta que todos os animais do campo que o SENHOR Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim? 2. E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim podemos comer. 3. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis, para que não morrais. 4. Então a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis. 5. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, conhecendo o bem e o mal. 6. E viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento; tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido que estava com ela, e ele comeu. (Bíblia Sagrada, Gênesis 1,1, p. 12)

Já no 2º painel, após cometerem a transgressão inicial, a representação de Deus ou a personificação de um Anjo aparece para compor o ciclo bíblico da punição de Adão e Eva. É possível perceber a vergonha da nudez, a tomada de consciência do bem e do mal, bem como, o julgamento e a expressão de ira da alegoria divina após perceber a desobediência. As figuras culpam umas às outras e Eva, por sua vez, aponta para a serpente, símbolo da tentação que os levaram ao desvio pecaminoso. De acordo com o exposto na narrativa bíblica, após a transgressão:

7 foram abertos os olhos de ambos, e souberam que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais. [...] 11 E Deus disse: Quem te disse que estavas nu? Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses? 12. Então disse Adão: A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e eu comi. 13 E disse o SENHOR Deus à mulher: Que é isto que fizeste? E disse a mulher: A serpente me enganou, e eu comi. 14 E o SENHOR Deus disse à serpente: Porquanto fizeste isso, maldita serás mais que todo o gado, e mais que todos os animais do campo; sobre o teu ventre andarás, e pó comerás todos os dias da tua vida. (Bíblia Sagrada, Gênesis 7, 14, p. 12/13)

No terceiro quadro imagético, temos a representação simbólica da condenação do pecado original, que, segundo a teologia católica disseminada, culminou na expulsão de Eva e seu companheiro Adão do paraíso, para viverem as dores da vida fora do Éden com o conhecimento do sofrimento e das imperfeições humanas, como forma de punição à desobediência.

De acordo com as passagens do livro de Gênesis presente na Bíblia (2015):

16 E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu e marido, e ele te dominará. 17 E a

Adão disse: Porquanto destes ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. [...]. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que retornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó retornarás. 20 E chamou Adão o nome de sua mulher Eva, porquanto ela era a mãe de todos os viventes. [...] 23 O SENHOR Deus, pois, o enviou para fora do jardim do Éden, para lavar a terra de que fora tomado. (Bíblia Sagrada, Gênesis 7, 14, p. 14)

As consequências das ações pecaminosas e as virtudes da vida em castidade, foram por vezes ensinadas e representadas em quadros e na estrutura das igrejas durante a Idade Média. E como comenta Santos (2015), muitas dessas representações religiosas serviram de “Lembretes visuais” (p.81) da fragilidade humana, da necessidade de seguir os ensinamentos da Igreja e da constante batalha entre o bem e o mal, para os leigos e instruídos. A Igreja encontrou meios para transmitir seus códigos, valores, ideologia e ensinamentos sagrados à população medieval, através de ferramentas pedagógicas, moralizantes e de memorização, com o objetivo de que os homens se recordassem dos pecados e suas consequências. Então, “difunde-se uma iconografia do pecado com uma funcionalidade pedagógica, que foi usada pela Igreja Católica como legitimadora do seu poder.” (Silva, 2015, p. 60)

As representações imagéticas sacras, carregaram elementos religiosos com informações e referências sociais da época, que objetivou aproximar ainda mais a Igreja e o observador - leigo ou não- que teve contato com os dogmas religiosos representados nas iconografias. De Souza (2017) aponta que “A contemplação de imagens religiosas poderia perdurar mais no imaginário das pessoas que fazem a audição de sermões ou a participação nas missas e esta era uma das suas funções esperadas.” (p. 6)

Da mesma maneira que a criação artística pode ser compreendida como uma forma de conhecimento, a apreciação também desencadeia um processo intelectual que acarreta a efetivação de conceitos e valores importantes para a vida do homem em sociedade. (Nunes, 2012, p.319)

Não só por meio das pregações e sermões nas missas, confissões e intervenções da Igreja que o homem foi conduzido a modificar seus códigos de comportamentos. As iconografias, aliadas aos ciclos narrativos bíblicos, influenciaram ativamente na transformação moral e social do fiel. Entretanto, mesmo com o fato de que o acesso à porta e seus ícones na Catedral de São Miguel era livre a todos, fossem eles instruídos ou leigos, católicos ou pagãos, apenas observar as imagens nos painéis não garantia a plena compreensão dos códigos e ensinamentos religiosos evocados nos ciclos narrativos. Como aponta Pereira (2011), foi imprescindível o contato com a teologia cristã através da educação eclesiástica, do teatro, das pregações bíblicas nas missas etc., para que fosse possível a interpretação do observador.

3.2 SEGUNDO CONJUNTO ICONOGRÁFICO

Árvore do Pecado em Hessett (século XV, Igreja de St. Ethelber)

O ambiente e cotidiano medieval foi propício para disseminação da teologia dos pecados, com as inúmeras mortes por doenças que assolaram a Europa, as mudanças na mentalidade, nos dogmas sobre o pecado e as transformações na conjuntura medieval da Alta para Baixa Idade Média, Silva (2015) explica que o:

Cotidiano, aliado a uma sensação de insegurança e morte iminente, foi um ambiente propício para o desenvolvimento da teologia dos pecados. A iconografia foi o canal viabilizador desse processo, cujo tema fora amplamente discutido nos restritos ciclos intelectuais da fé. Porém, a partir do século XIV e, sobretudo, nos séculos XV e XVI, o tema dos sete pecados capitais encontrou na iconografia um recurso pedagógico de grandes possibilidades de difusão. (Silva, 2015, p. 61)

A doutrina do conjunto de pecados que deveriam ser evitados foi debatida entre o clero e os teólogos cristãos desde a Alta Idade Média, entretanto, de acordo com Silva (2015) e Santos (2015), foram nos séculos da Baixa Idade Média que a Igreja os ressignificou e disseminou com mais afinco, também através das iconografias, valores e conceitos, a fim de reeducar o homem moralmente e socialmente.

Durante séculos, os monges elaboraram listas e hierarquias de pecados cada vez mais complexos e articulados [...] Entre os esquemas utilizados, o mais importante é sem dúvida, o sistema dos pecados capitais. Aperfeiçoado no século V por Cassiano e readaptado por Gregório de Magno, o esquema prevê oito pecados principais hierarquicamente organizados em uma espécie de exército, no qual o orgulho vai exercer funções de comandante supremo, seguido dos sete outros vícios: vaidade; inveja; cólera; preguiça; avareza; gula e luxúria - pecados estes que conduzem milhares de pecados secundários. (Silva, 2015, p. 37)

Fruto dessas ressignificações nos dogmas cristãos, é a segunda imagem a ser analisada, que foi produzida no século XV durante a Baixa Idade Média. Localizada na parede da Igreja de St. Ethelber em Hessett – atual Inglaterra -, a pintura parietal foi elaborada ao lado dos bancos em que os fiéis se sentavam durante as missas e pregações, logo, esteve visível a todos que adentrassem St. Ethelbert's, do leigo ao nobre instruído.

Figura 5 -Árvore do Pecado em Hessett (século XV, Igreja de St. Ethelber)



Disponível em: ><https://www.flickr.com/photos/norfolkodyssey/8662639835/in/photostream/><

Assim como a primeira imagem analisada, não foi possível identificar o autor da pintura, entretanto, a obra carrega o nome de “Árvore do Pecado” e está intrinsecamente ligada ao universo religioso, desde a sua posição na igreja até o conteúdo explorado, que a autora Santos (2015) denomina de “pinturas parietais moralizantes”. O tema retratado é o conjunto de condutas pecaminosas que “representam ideias doutrinárias, de modo a exemplificar aos fiéis as atitudes correspondentes aos pecados representados.” (Santos, 2015, p. 95).

Segundo Santos (2015), o elo entre os sete comportamentos negativos representados na parede de St. Ethelber, está na desobediência humana, na batalha entre o profano e o sagrado, nas condutas que distanciam o homem da salvação e na punição dos pecadores.

A simbologia dos sete pecados em “esquema arbóreo” (Santos, 2015) foi recorrente ao longo da Baixa Idade Média e pode estar vinculado a dois fatores segundo Santos (2015):

Primeiramente a própria narrativa bíblica na qual a decadência do Homem está coadunada ao ato de comer o fruto da árvore proibida; e ao fato de que a árvore simbolicamente possui laços estreitos com a Vida, e é durante a existência terrena que as pessoas são tentadas pelos pecados e encorajadas a seguir um caminho virtuoso. (Santos, 2015, p. 157)

Diante disso, como base na metodologia de Panofsky (1991), no que tange a descrição pré-iconográfica, é possível observar, no topo da árvore uma figura central que parece destacar-se, talvez indicando um nível hierárquico ou um pecado principal, com belos traços a figura masculina está com de chapéu com uma longa pena, vestimentas de cores terrosa, nos tons de vermelho e marrom, e suas mãos faz um gesto indecifrável.

Logo embaixo, no galho do lado direito da obra, temos a representação de um agente segurando um bastão erguido em uma das mãos e na outra, uma adaga. Foi desenhado com roupas no tom vermelho e laranja, observando para o outro personagem à frente. Em oposição, do lado esquerdo, repousa dois personagens, um masculino e outro feminino, que se beijam e se abraçam. Devido a conservação não é possível identificar, com certeza, a coloração das roupas, entretanto são cores também chamativas.

No próximo nível, à direita, foi representado uma figura masculina com um elemento em mãos de difícil descrição por conta da má preservação, mas a figura parece olhar para os seus “vizinhos” em outros galhos. No rosto o personagem carrega traços cadavéricos, utiliza chapéu e calças vermelhas, e um vestido verde.

Na sequência, existe uma representação masculina quase deitada. Essa imagem é de difícil compreensão e identificação dos traços desenhados, devido ao longo tempo e adversidades na preservação. Entretanto é possível delimitar a coloração chamativa das vestimentas, que varia entre o vermelho, laranja e marrom.

Já no galho da esquerda, temos outra figura feminina, essa foi ilustrada com pacotes verdes de moedas em mãos, touca nos cabelos, vestidos laranjas e avental mais claro por cima. Para completar o conjunto de transgressões, pouco identificável por conta do desgaste temporal, temos (à direita) um agente masculino representado com traços pouco visíveis e com vestimentas verdes. Conforme Santos e Santos (2015) aponta sobre a difícil descrição deste último agente: “já não é muito aparente e não dá margens confiáveis para interpretação.” (p. 100).

Na posição inferior da iconografia da árvore dos pecados, estão dois seres demoníacos, com chifres e asas, sendo o da direita verde e o da esquerda vermelho, foram retratados cortando-a, com a ajuda de uma serra manual. Todos os personagens descritos estão posicionados nas pontas dos galhos, como se estivessem prestes a cair na base. De acordo com a análise de Santos e Santos (2015), essa representação faz alusão à vulnerabilidade do homem diante da dualidade entre o bem e o mal.

Ao aliar a descrição dos elementos identificados na pintura parietal em questão com as fontes enciclopédicas utilizadas pelo clero, para transferir seus ensinamentos e encomendar suas imagens, identificamos a alusão a teologia dos Sete Pecados Capitais disseminados durante a Idade Média. O conjunto dos sete pecados capitais não foi apresentado em um único texto bíblico – como a “Expulsão de Adão e Eva do Jardim do Éden”-, mas em diversas passagens bíblicas o homem foi instruído e levado a meditar sobre essas condutas não condizentes à pedagogia cristã. Eles representavam os vícios considerados a fonte de todos os outros pecados e transgressões morais. Segundo Santos (2015):

Os Sete Pecados Capitais não são citados na Bíblia Sagrada, apesar de serem fundamentais para a episteme medieval. Estes foram compilados pelo Papa Gregório por volta de 590 d. C. 104, baseado nos oito pensamentos pecaminosos elencados por um monge cristão que viveu em meados de 375 d. C, e que após passar por um período de privação auto imposta no deserto egípcio organizou os piores sentimentos e tentações que o abateram. (Santos e Santos, 2015, p. 81/82)

Dando sequência nas etapas de análise de Panofsky, e seguindo os ditos de Santos e Santos (2015) a árvore em si é um símbolo recorrente na iconografia cristã, frequentemente associada ao conhecimento do bem e do mal, como no relato do Gênesis sobre o Jardim do Éden. As figuras humanas presentes nos ramos representam os sete pecados capitais: soberba, avareza, luxúria, inveja, gula, ira e preguiça. Cada figura envolve-se em uma ação que simboliza uma dessas faltas.

Nesse sentido, no primeiro galho descrito, que segue a hierarquia da lógica cristã, está posicionada a representação do pecado da “soberba” ou do orgulho excessivo, que foi – segundo crenças cristãs - responsável por inúmeros castigos e sofrimentos humano, é frequentemente ilustrada por uma figura que se exalta acima das outras. “O pecado da Soberba é centrado em pessoas com posses. Indica que se acreditava que os indivíduos que vivessem uma vida abastada fossem mais suscetíveis de cometê-lo, pelo sentimento de superioridade frente aos não privilegiados economicamente. “ (Santos, 2016, p. 96)

É possível identificar sermões presentes na bíblia que condenam a soberba e justificam a hierarquia na pintura, pois o pecado está posicionado no mais alto posto. Em Provérbios 16:18-19 lemos que, de acordo com a doutrina disseminada que: “18 A soberba precede a ruína, e a altivez do espírito precede a queda. 19 Melhor é ser humilde de espírito com os mansos, do que repartir o despojo com os soberbos. ” (p. 1012). A passagem justifica a falta, a punição, bem como aponta a virtude da humildade como fundamental na conduta moral incentivada pelo clero.

O segundo galho, ficou reservado a personificação do pecado da “Ira”, ato que, para a doutrina católica, cega o homem para a realidade e para Deus. Santos (2015) diz que era:

A Ira o mais preocupante, pois ela cega o homem para Deus e para os outros homens, por seu malefício direto à convivência humana. O descontrole das emoções durante um momento de raiva acaba por enevoar tanto o indivíduo, que ele se torna um perigo para si mesmo, e não apenas para o seu entorno. (Santos, 2015, p. 97)

A teologia disseminada aos seguidores cristãos sobre o pecado da Ira também tem respaldo nos ditos bíblicos do livro de Provérbios 29:8-11, que condenam a transgressão do descontrole humano, no texto lemos que:

8. Os homens escarneadores alvoroçam a cidade, mas os sábios desviam a ira. 9. O homem sábio que pleiteia com o tolo, quer se turbe quer se ria, não terá descanso. 10. Os homens sanguinários odeiam o íntegro, mas os retos procuram o seu bem. 11 O tolo dá vazão a toda a sua ira, mas o sábio a encobre e reprime. (Bíblia Sagrada 2015, Provérbios 29,8-11 p. 1029)

Os comportamentos opostos esperados pela Igreja Católica incluem alcançar a virtude da paciência e do autocontrole, como disseminado em Mateus 5:9: "Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus." (Bíblia Sagrada, Mateus 5, 9, p. 1451) que exalta a virtude da pacificação e do perdão, que contrapõe diretamente o pecado da ira.

Na sequência, no galho do casal de namorados, identificamos a representação da "Luxúria" ou dos prazeres pecaminosos, que de acordo com Santos (2015), foi bastante utilizada para referenciar esse pecado. Na passagem bíblica, presente em 1 Tessalonicenses 4:3-5, o ensinamento aos devotos instrui que:

3. Porque todas as nações beberam do vinho da ira da sua fornicção, e os reis da terra fornicaram com ela; e os mercadores da terra se enriqueceram da abundância de sua luxúria. 4. E ouvi outra voz do céu, que dizia: Sai dela, povo meu, para que não sejas participante dos seus pecados, e para que não recebas das suas pragas. 5. Porque já os seus pecados se acumularam até o céu, e Deus se lembrou das iniquidades. (Bíblia Sagrada, Tessalonicenses 4, 3-5, p.1922)

No quarto galho, segundo Santos (2015), temos a alusão ao desejo do que é alheio, ao pecado da "inveja" e "Sua face é cadavérica, pois a inveja nada produz, ela consome o pecador, sendo que o invejoso se torna um peso para a sociedade em que vive, e que possui em seu cerne um desejo predatório". (Santos, 2016, p. 98). Não diferente das demais transgressões, as passagens do Livro Sagrado da religião Católica destacam o impacto destrutivo da inveja tanto no espírito quanto no corpo, sugere que a inveja afasta o fiel do sagrado e o aproxima do diabólico. Lemos em Tiago 3:14-18:

14. Porém, se tendes amarga inveja, e contenda em vosso coração, não vos glorieis, nem mintais contra a verdade; 15 Essa sabedoria não é sabedoria que vem do alto, mas é terrena, animal e diabólica. 16 porque onde há inveja e contenda, aí há perturbação e toda obra perversa. 17. Mas a sabedoria que do alto vem é, primeiramente, pura; depois, pacífica, moderada, b tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialidade, e sem hipocrisia. 18. Ora, o fruto da a justiça semeia-se na paz, para os que c exercitam a paz. (Bíblia Sagrada, Tiago 3,14-18, p.1872)

O pecado capital da “preguiça” também foi demonstrado na árvore de Hesse, segundo a autora Santos (2016), a simbologia dessa falta pode aparentar inocência, entretanto, a Igreja considerou como uma falha as vontades divinas, uma vez que o trabalho já havia sido determinado para combater o ócio, considerado uma aversão a atividade humana.

Ao analisarmos os sermões base para a teologia dessa transgressão, podemos ler em 2 Tessalonicenses 3:10-15 a seguinte mensagem destinada aos fiéis sobre a falta do ócio e da inatividade humana, que:

10. se alguém não quiser trabalhar, não coma também. 11. Porque ouvimos que alguns entre vós andam desordenadamente, não trabalhando; antes, fazendo coisas vãs. 12. Aos tais, porém, mandamos, e admoestamos por nosso Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão. 13 E vós, irmãos, não vos canseis de fazer o bem. 14. Porém, se alguém não obedecer à nossa palavra escrita nesta carta, notai o tal, e não vos mistureis com ele, para que se envergonhe. 15. Todavia não o tendes como inimigo, mas admoestai-o como irmão. (Bíblia Sagrada, Tessalonicenses 3,10-15, p. 1828)

No próximo galho é exibido a ilustração da “avareza”, ou comumente apresentada como o pecado da ganância. De acordo com os ditos de Santos e Santos (2015), podemos identificar nesse desejo desmedido uma característica dualista, de acordo com a autora:

Embora seja um pecado como os demais, há um nível de tolerância, pois a avareza pode ser oriunda de um profundo estado de pobreza. Os desprovidos das necessidades básicas para a sobrevivência se tornam avarentos, pela dificuldade de sobreviver à dor das privações. (p. 99/100)

Já na tradição teológica, no que diz respeito a esse comportamento contrário a generosidade, nos escritos de 1 Coríntios 6:8-12, encontramos o seguinte discurso transmitido como lembrete aos fiéis sobre a penitência e a virtude almejada:

8. Mas vós *mesmos* fazeis a injustiça e fazeis o dano; e isto aos irmãos. 9. Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus? [...] 10. Nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus. 11. E é o que fostes, alguns de vós, mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor Jesus, e pelo e Espírito do nosso Deus. 12. Todas *as coisas* me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas *as coisas* me são lícitas, porém eu não me deixarei dominar por nenhuma. (Bíblia Sagrada, Coríntios 6, 8-12 p. 1751/1752)

Para completar o conjunto de pecados, repousa sobre o nível a ilustração do desvio denominado como “gula”, que segundo Santos (2015), se assemelhava a uma violação com o corpo e comumente foi representado como uma figura “repugnante, que chega a inspirar asco, exatamente pela ligação que foi estabelecida entre o alimento em descomedimento com um aspecto ascoso.” (Santos e Santos, 2015, p.100/101).

Pregações bíblicas advertem e instruem o comportamento humano frente ao desvio da gula, por exemplo o texto presente em Provérbios 23:20-21 que alerta para que não: ”estejas entre os beberrões de vinho, nem entre os comilões de carne. 21. Porque o beberrão e o comilão

empobrecerão; e a sonolência veste o homem de trapos. ” (Bíblia Sagrada, Provérbios 23:20-21. p. 1021). Em oposição, temos a temperança ou a moderação como a virtude promovida pela Igreja Católica, reforçada e instruída em 1 Coríntios 9:25: " 5. E todo aquele que luta, de tudo se abstém; eles o fazem para alcançar uma coroa corruptível; nós, porém, uma incorruptível." (Bíblia Sagrada, 1 Coríntios 9:25, p. 1757)

No último nível a ser analisado, existe mais um lembrete do que Santos chama de: “a origem maligna dos atos pecaminosos. ” (2016, p.101). O uso de demônios na arte medieval foi uma forma comum de ilustrar e enfatizar as consequências dos pecados humanos, a autora explica a respeito das figuras demoníacas na base da árvore, que elas reforçam a mensagem de que os desvios morais têm raízes no mal e levam à condenação.

Ambas as obras, embora distintas em estilo e meio, compartilham uma temática central: a narrativa do pecado e suas implicações na teologia e na cultura medieval. A mudança e introdução da mentalidade dos pecados capitais na sociedade medieval, é tido por Santos (2015) como sinal de transformação:

No seio da fé cristã, na busca e na concepção de um Deus que não apenas castiga, mas compreende e perdoa. Isso podemos ver refletido na iconografia dos pecados, um Deus mais próximo, que alerta sobre o mal, que condena se necessário, mas que também deixa uma oportunidade para o perdão. (Santos e Santos, 2015, p. 14)

De acordo com a autora Quírico (2010), a utilização das alegorias dos múltiplos pecados, que os homens estavam sujeitos a cometerem, como aviso moral objetivou:

Incitar o fiel a rememorar suas faltas e, ao reconhecer nos pecadores punidos na cena seus próprios pecados, perceber os castigos que mereceria; as pinturas deixariam de ser somente uma incitação à confissão, e passariam a indicar também ao espectador de forma clara quais pecados ele deveria evitar. (2010, p. 135)

Pois a necessidade de lembrar os fiéis da condição pecaminosa da humanidade e da importância de seguir os mandamentos divinos para alcançar a salvação, rondavam o cotidiano medieval. Essas homilias, carregadas de simbolismo e moralidade, foram transferidas às iconografias visuais e utilizadas como ferramentas e reforço didático (Silva, 2015). E como escreve De Souza (2017, p. 8): “esperava que elas estimulassem a devoção e a piedade, além de servirem como exemplos visuais da má conduta dos pecadores e das consequências em desobedecer aos preceitos da Igreja”.

Dessa forma, as citadas iconografias sacras, que exploraram a temática dos pecados, não foram apenas adornos artísticos presentes nas igrejas medievais, mas também instrumentos com características pedagógicas e espirituais, enraizados na cultura, na religião e no ensino da época. Elas desempenharam um papel fundamental na educação cristã medieval, como meios de

transmissão e reforço dos valores cristãos - especialmente em uma sociedade majoritariamente leiga e iletrada.

Assim, as imagens sacras, carregadas de alegorias religiosas, operavam como extensões visuais das pregações bíblicas, com o objetivo de fornecer aos fiéis uma compreensão tangível das virtudes cristãs a serem cultivadas e dos pecados a serem evitados. Essas representações visuais, portanto, não apenas ecoaram os ensinamentos proferidos nas escolas e nos púlpitos, mas também contribuíram para a internalização e perpetuação dos ensinamentos morais cristãos na sociedade medieval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, por meio de investigação bibliográfica e análise de fontes iconográficas, buscou-se compreender os usos e funções das imagens empregadas pelo clero, no contexto educacional medieval.

Conforme discutido nos capítulos anteriores, as iconografias não apenas adornavam as igrejas, mas também influenciaram o ensino moral e espiritual. Desempenharam um papel crucial na manutenção da ordem social, na transmissão da fé cristã e, como afirma Nunes (2012), na formação da memória e da mentalidade coletiva e teológica da época. Esses ícones ilustraram as narrativas teológicas que serviram de base para os sermões e facilitaram a compreensão dos dogmas cristãos por uma população majoritariamente iletrada e leiga.

Diante da necessidade de adaptação ao longo das diversas transformações sociais e culturais ao longo da Idade Média, o clero integrou às suas práticas as iconografias sacras moralizantes, com o propósito de disseminar suas mensagens teológicas e morais, e assim, alcançar os diferentes estratos da sociedade - do pagão ao fiel, instruído ou não - e manter seu status e influência social, educacional, cultural e econômica. Frente ao exposto, fica evidente que a imagem - seja ela moldada, esculpida, ou pintada- esteve presente na trajetória da Igreja e da educação medieval, como ferramenta de disseminação da teologia cristã que converteu, comoveu e ensinou os fiéis.

O método utilizado neste estudo baseou-se em leituras bibliográficas e na análise de duas fontes iconográficas sacras, seguindo as etapas de descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica propostas por Erwin Panofsky (1991). O processo metodológico permitiu explorar os múltiplos usos, significados e funções teológicas presentes nas imagens analisadas. Elas se configuram como ferramentas educativas e catequéticas, uma vez que, através de suas alegorias imagéticas é possível absorver as regras morais, sociais e religiosas nelas representadas.

A aliança entre as pregações proferidas nos púlpitos e as imagens sacras moralizantes, frequentemente expostas aos fiéis, reforçou a eficácia da instrução catequética na Idade Média. O clero utilizou não só a língua falada e a escrita, mas também representações iconográficas para transmitir dogmas e valores morais, que para Pereira (2011), teriam o poder de comover, fazer lembrar o evangelho e instruir a população medieval.

A análise demonstrou a relevância das imagens sobre pecados, como veículos de ensino e formação espiritual. Ao examinar as iconografias sacras da Alta e Baixa Idade Média, também foram abordadas as adaptações e transformações sociais, os aspectos culturais, religiosos, da

literatura, da memória, dos medos e da construção de valores morais e éticos transferidos à sociedade pelo clero. As imagens são uma expressão de seu tempo e da mentalidade coletiva, que orientaram as relações sociais e reforçaram a memória do observador, utilizadas como lembretes visuais e teológicos.

A doutrina dos pecados fez parte da construção moral cristã e foi por vezes debatida entre os padres da Igreja durante a Idade Média. Respalhada nas Escrituras Sagradas do clero e reconhecida por eles como ferramenta para reorientar e alertar os homens sobre as condutas pecaminosas e punições, os ensinamentos morais foram transmitidos nos púlpitos e nas escolas a fim de instruir, realizar a manutenção de poder e de influência social e espiritual. De acordo com Silva (2015), o fator medo e o cotidiano medieval marcado por transformações e incertezas, foram fundamentais para a disseminação da teologia das transgressões e assim “o pecado passou a fazer parte da humanidade, e mulheres e homens começaram a travar uma luta constante contra o pecado.” (Silva, 2015, p. 57)

O Cristianismo adotou o medo do pecado como elemento fundamental de sua retórica teológica, e esse imaginário povoou o cotidiano dos cristãos [...] com as imagens nos seus mais diversos formatos, a doutrinação dos pecados sai das bibliotecas dos mosteiros para a vida dos fiéis. Mediante uma difusão poderosa e recorrente no cotidiano, a teologia do pecado foi fundamental para a construção da moral cristã. (Silva, 2015, p. 112)

A educação cristã a respeito dessas regras morais teve por objetivo manter o culto e a devoção do fiel ativa. O meditar sobre os dogmas bíblicos foi reforçado à medida em que iconografias visuais com narrativas bíblicas e com intenções moralizantes e pedagógicas, foram compreendidas e internalizadas como ferramentas de comunicação e expressão de valores. Assim, o clero objetivou criar uma atmosfera de vigilância espiritual cotidiana que permeou todos os grupos sociais, ao propagar a doutrina através das imagens e do ensino medieval.

Ademais, é válido ressaltar que o material iconográfico apresenta limitações relacionadas à nitidez das alegorias em determinadas partes, por motivos de desgaste natural do tempo e à baixa qualidade de resolução das fotos para fins de análise. Além disso, podemos citar também a dificuldade de acesso às fontes bibliográficas que abordam os em virtude da escassez de materiais tanto em formato digital quanto físico e da disponibilidade limitada de obras traduzidas para o português.

Entretanto, apesar das adversidades, espera-se ter explorado e demonstrado a influência das imagens sacras, com temas moralizantes, no contexto da educação medieval, e como essas imagens foram ressignificadas pelo clero e utilizadas como ferramentas pedagógicas e

teológicas para ensinar tanto à população leiga quanto à instruída, cristã e pagã, durante esse período histórico.

REFERÊNCIA

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: < <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/579>>.

ANDRADE, Marli Turetti Rabelo. **O cristianismo e a civilização ocidental: influências culturais e movimentos históricos** [Livro eletrônico] Editora: InterSaberes. Curitiba, 2021. Disponível em: < <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188328/pdf/0?code=8r11AjtBVwPII6OFjwzgnSKAWfq2qiOhS0b6XMknqBQOoXyAf2Wc8fjT9Ta9ug5YjsHNzKbaWoYVPGsoXHeX0w> =>

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Moderna, 2014. 384 p. ISBN 9788516050207.

BARBOSA, Carlos A. S. **História, Historiadores e Imagem: algumas notas introdutórias**. In: FERREIRA, Ricardo Alexandre; SEBRIAN, Raphael N. N.; PIRES, Ariel José; ANHEZINI, Karina (Orgs.). **Leituras do Passado**. 2. ed. Campinas: PontesEditores, 2009. p. 93-121.

BARBOSA, Gabriel Furtado; SILVA, André Costa Aciole da. **A Idade Média foi a idade das trevas? - Uma Análise acerca das concepções sobre Idade Média entre discentes e livros didáticos de escolas do ensino médio de Goiânia**. s/d. Disponível em: <<http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wpcontent/uploads/sites/31/2018/02/Gabriel-Furtado-Barbosa.pdf>. > Acesso em: 08 out. 2024.

BARROS, J. D'ASSUNÇÃO. **Fontes históricas: Olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos**. albuquerque: revista de história. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3938/3142>> Acesso em: 08 out. 2024.

BARNET, Peter; BRANDT, Michael; LUTZ, Gerhard (Ed.). **Medieval treasures from Hildesheim**. New Haven: Yale University Press, 2013. Disponível em: < https://resources.metmuseum.org/resources/metpublications/pdf/Medieval_Treasures_from_Hildesheim.pdf > Acesso em: 08 out. 2024.

BASCHET, Jérôme; REDE, Marcelo (Trad.). **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo, SP: Globo, 2006.

BAUER, Caroline S.; PINNOW, Rodrigo V.; CAMPOS, Cláudia R. Pereira D.; SOUSA, Eriksen Amaral D. **História medieval**. Grupo A, 2019. Disponível em: < <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492106> >. Acesso em: 08 out. 2024.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada o Velho e o Novo Testamento (autores diversos)**. Publicada por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias Salt Lake City, Utah, EUA. 2015. Disponível em: < mailto:https://www.churchofjesuschrist.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800_por.pdf > Acesso em: 08 out. 2024.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALAINHO, Daniela Buono. **História medieval do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2014. ISBN 9788532661784.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo, Ed. Unesp, 1999.

CATTELAN, Carla; DANIELI, João Paulo. **A educação em Santo Agostinho: breves apontamentos históricos a partir da doutrina cristã**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. Editora Realize, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA3_ID30_01092020121019.pdf> Acesso em: 08 out. 2024.

COSTA, Leila Pessoa da, SANTA BÁRBARA, Rubiana Brasilio. **A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NA IDADE ANTIGA E MÉDIA**. Universidade de Maringá. 2009.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **Idade Média: mil anos no presente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52874/epub/0?code=IC1VGIINCGZ3iacPB4ITTXwV9h/tlMnOM1uAT/z0Wf5gfZGAslE+MdCHg/fM0YqVThQhzcxEpqxqzH0by5MDUA>> Acesso em: 08 out. 2024.

DE SOUZA, Maria Izabel Escano Duarte. **O ciclo iconográfico da vida da Virgem Maria nos livros de horas da real biblioteca portuguesa**. Encontro de História da Arte, n. 9, p. 242-251, 2013. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4449>> Acesso em: 08 out. 2024.

DE SOUZA, Patrícia Marques. **As gravuras cristãs e o fazer crer**. In: XII Jornada de Estudos Históricos. PPGHIS – UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55403392/SOUZA_Patricia_Marques_de._As_gravuras_cristas_e_o_fazer_crer_VERSAO_PUBLICADA-libre.pdf> Acesso em: 08 out. 2024.

DIEL, Paulo Fernando. **As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 21, n. 3, p. 2017.

DRUMOND, Albert. As constituintes da moral medieval católica: como os vícios humanos se tornaram os sete pecados capitais. Revista Mundo Antigo, 2014. Disponível em: <<http://www.nehmaat.uff.br/revista/2014-1/artigo02-2014-1.pdf>> Acesso em: 08 out. 2024.

DUBY, Georges. **História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença**. Tradução Maria Lúcia Machado — São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012. 351 p. ISBN 978-85-01-08141-4.

FRANCO Jr., Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERRERA, Ricardo Czepurnyj. **UMA CRÍTICA DA CONCEPÇÃO DO MEDIEVO COMO TEMPO DE TREVAS E PRODUÇÕES MEDIEVAIS**. Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.fics.edu.br/index.php/rp gm/article/view/717>> Acesso em: 08 out. 2024.

GODOI, Pamela Wanessa. **Imagens medievais e os caminhos da pesquisa histórica imagética**. VI congresso internacional de história. 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1986. 313 p. ISBN 8524500174.

KLEIN, Cristina. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Rideel, 2015. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182067/pdf/0?code=B6KT5OufxCLcl+7vkswf3RMCjXmyLoskiwF8mE3x8KmFaGEyvUwY1ZvabYDjsRL32qxvde8hQN6cQBTyAq0x+w>> Acesso em: 08 out. 2024.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 399 p. (História). ISBN 8574602833.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval, volume 1**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval, volume 2**. Bauru, SP: EDUSC, 2006. 637 p. ISBN 8574601489.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2003. 252 p. ISBN 8503007517.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução Marcos Flamínio Peres; revisão técnica Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, Pedro Miguel Duarte. **Declínio e queda do Império Romano**, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/45025759/DECL%C3%8DNIO_E_QUEDA_DO_IMP%C3%89RIO_ROMANO> Acesso em: 08 out. 2024.

MONTEIRO, Hamilton Mattos. **O feudalismo: economia e sociedade**. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na antiguidade cristã: o pensamento educacional dos mestres e escritores cristãos no fim do mundo antigo**. São Paulo, SP: E.P.U., EDUSP, 1978.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. E.P.U., EDUSP. São Paulo, 1979. Disponível em: <https://documentacatholicaomnia.eu/03d/sine-data,_Costa_Nunes._da._Ruy_Afonso,_Historia_Da_Educacao_Na_Idade_Media,_PT.pdf> Acesso em: 08 out. 2024.

NOGUEIRA, Isabel Candolo. **Betsabéia e os Livros de Horas Medievais**. ANPUH–XXV Simpósio Nacional de História–Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_c3e54a1a2028252c49dd1fdf217f5d88.pdf> Acesso em: 08 out. 2024.

OLIVEIRA, Terezinha. **Memória e história da educação medieval: uma análise da Autentica Habita e do Estatuto de Sorbonne**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação

Superior (Campinas), v. 14, p. 683-698, São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/aval/a/tBSmqtgBMhFzX59RgySG4ng/> > Acesso em: 08 out. 2024.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional.** Varia história, v. 23, p. 113-129, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/cXPxM5pdFbzfV6h987cLzMm/?format=pdf> > Acesso em: 08 out. 2024.

OLIVEIRA, Terezinha e NUNES, Meire Aparecida Lóde. **Educação e iconografia medieval: Rosto de Cristo de Coppo di Marcovaldo e Giotto di Bondone.** Contrapontos, 2012. Disponível em: < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-71142012000300010&script=sci_abstract&tlng=en > Acesso em: 08 out. 2024.

PANAFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** 3.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1991-2002. 439 p.

PEINADO, Maria Rita Steffan de Souza; OLIVEIRA, Terezinha. **Sermões e escolas: meios utilizados pela Igreja como ação educadora para uma sociedade em transformação.** Programa de pós-graduação em educação. Universidade Maringá, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina C. L. **Algumas questões sobre arte e imagens no ocidente medieval.** _____ VIII Ciclo de estudos antigos e medievais e IX Jornada de estudos antigos e medievais. UFRJ-Edição Especial, p. 1-29, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Maria Cristina. **Da conexão entre texto e imagem no Ocidente Medieval.** In: OLIVEIRA, Terezinha et VISALLI, Angelita Marques (org.). Leituras e imagens da Idade Média. Maringá: Eduem, 2011, p. 131-148.

PEREIRA, Maria Cristina Correia L. **Pensar (com) a imagem: reflexões teóricas para umapraxis historiográfica.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 672-679. 2016. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31666018/Maria_Cristina_-_atas_viii_semana_pem-libre.pdf?1392471582=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DALGUMAS_QUESTOES_SOBRE_ARTE_E_IMAGE_NS_NO.pdf&Expires=1728416457&Signature=Uolrzs7R-eSqUXDXMEgC0ZEF7bK0uW66cwBAfHMV~kmoYLzgVH71qLuV~jkBpFmfcMQ3Z9cgKNU~-ez~Yn0XmgtHTMAO0x7RiC4NRcMErFMVh16-ksvdWeO1n4NX11NzHIEX~y5~IzfpYWZOeECdIIPI5RHrGmbsumHctv-qHu5pDS8WR6Wj9iqv1pimey~8ZIpUxRyp6WJCmts~cQp1N5X1TMasmrCRdDzc~62GjGtyMCsv05y51hl80WeXIULLykg8rm4m5c0eyTqHFDsDP9mLQfgaaVSQtHY5uDQoIa2E4mCr11jyR1ROWNITtCIKXRf6VS~nOzDdPXZsFufo9A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA > Acesso em: 08 out. 2024.

PEREIRA, Maria Cristina C. L. **Uma arqueologia da história das imagens.** In: GOLINO, William (org). Seminário: A importância da teoria para a produção artística e cultural. Vitória, UFES, 2004.

PINHEIRO, Rossana Alves B. **Heresias ou superstições: expressão de oposição entre níveis de cultura ou afirmação de autoridade?** IN ALMEIDA, Néri. A Idade Média entre os séculos XIX e XX. Campinas, SP: 2008.

POHLMANN, Janira Feliciano. **As cidades medievais de Georges Duby**. Revista Diálogos Mediterrânicos, n. 17, p. 4-25, 2019. Disponível em: <<https://dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/341/387> > Acesso em: 08 out. 2024.

QUÍRICO, Tamara. **As funções do Juízo final como imagem religiosa**. História (São Paulo), [S.L.], v. 29, n. 1, p. 120-148, 2010.

RODRÍGUEZ, Margarita Victória. **O pensamento filosófico medieval de Pedro Abelardo: Educação e docência**. Notandum, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/59127277/aberaldo20190504-47634-1jtgio7-libre.pdf?1557026701=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_PENSAMENTO_FILOSOFICO_MEDIEVAL_DE_PEDR.pdf&Expires=1728418047&Signature=IqWJWgL6Jx1AHk~rvgY74EFbTS~Cr7uZBMalvrnfcyOffHTUTSctuB84K3eZPgyRtp2oRFSEji49xHnIvswy96QPDDkjoUzbpkRJGhDnqIRn-qRDCspImc3ZaLdUYB-DF-OA26jDMuO3ZoYTG0-RUKzLWyy1lMDMeMt9Dn8Rg6l2SVS-HCQ8SfxiPpBBSi~nayKtQS9vmWRNn-JLaNb-Xa0ljc-9y5sbWHhObE5itwMzDdcdqXbKDLJKH~iW41oeOVkY2XH5Hdoez1dJvyetSx9eQoI2lj0gFmAzoIApmo16fzchas5cW5FUu2AFV8HvXwgCn8t20IFEjJ2hmioNw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA > Acesso em: 08 out. 2024.

ROLLO, José Henrique. **Mobilidade Social na Idade Média: um breve estudo sobre os ministeriales na Alemanha**. Revista de Ciências HUMANAS, 2013.

SANTOS, Amanda Basílio; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Construções visuais de conceitos abstratos: uma análise da árvore do pecado da Igreja de St. Ethelbert, do medievo inglês**. Seminário de História da Arte-UFPel, n. 5, 2015. Disponível em: <<https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/7805> > Acesso em: 08 out. 2024.

SANTOS, Amanda Basílio; SANTOS, Fernanda. **Da doutrina à parede: os sete pecados capitais representados em pinturas parietais inglesas**. 2015. 14 Gnarus. v6. Disponível em: <https://d1w.cl.líquido/413/15_gnarus6_os_sete_pecados_capitais_amanda_basilio_santos-eu.pdf?145334 > Acesso em: 08 out. 2024.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaio sobre a cultura visual na Idade Média**. Tradução de Paulo Neves. Bauru: EDUSC, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcelo Cândido. **História Medieval**. Editora Contexto; Edição:1. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/170122/pdf/0?code=C+3nTH3kaSE0735Vj4/z5sudFSx11qAvmRPzyNYlgVL3QXwwWlwueDF1gReyI/LtUNPgPJmLVeEOjN25NsaIpQ> > Acesso em: 08 out. 2024.

SILVA, T. V. **O pecado no cotidiano medieval: as obras moralizantes e sociais de Hieronymus Bosch (1485-1516)**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015

VISALLI, Angelita Marques; GODOI, Pamela Wanessa. **Estudos sobre imagens medievais: o caso das iluminuras.** Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 20, n. 3, p. 129-144, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305549840011.pdf>> Acesso em: 08 out. 2024.

WOODS, Jr., Thomas E. **Como a Igreja Católica Construiu a civilização Ocidental.** Tradução de Élcio Carillo – São Paulo: Quadrante, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uo3hCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=Thomas+E.+Woods+Jr&ots=SqcjSA m5DR&sig=9kz81Tbx-e4w_5C0Rm_x89vaVok#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 08 out. 2024.